

5. A importância das Campanhas para a Via Campesina

De acordo com Keck e Sikkink (1998), Tarrow e Della Porta (2005), o estudo de um movimento social, a partir da análise de suas campanhas sociais, evidencia aspectos que o foco na organização em si, não seria capaz de revelar. Partindo desta premissa, este capítulo final objetiva explorar a atuação da Via Campesina na política mundial, a partir da avaliação de suas relações com a FAO e a OMC, tendo como referência principal a Campanha Sementes no seu aspecto de atuação contra a agricultura transgênica.

Uma breve análise da evolução das campanhas da Via Campesina será feita para explicar o modo e a causa que motivaram o surgimento da Campanha Sementes, seguindo-se a apresentação das principais bases, metas e propostas da mesma. Na análise das estratégias da campanha, avaliam-se seus impactos e influência para ‘dentro do movimento’ e ‘para fora do movimento’, uma vez que estes aspectos influenciam na interação da rede com as citadas organizações internacionais. Tomaremos como referência os conceitos de *frame*, Redes Transnacionais e os “quatro estágios de influência”, identificados por Keck e Sikkink e o conceito de Multilateralismo Complexo.

Um dos focos deste trabalho é avaliar qual a condição que a rede teria para impactar ou exercer influência junto à formulação de políticas internacionais relacionadas à agricultura. E para este fim, é necessário que se examine a evolução das estratégias e ações empreendidas pela Via Campesina junto à FAO e à OMC, tendo como referencial os principais eventos identificados. Esta análise conta com o conceito de Multilateralismo Complexo, de O’Brien; Goetz; Scholte e Williams (2000), somado a ferramentas trazidas de Keck e Sikkink (1998) e às análises da Via Campesina feitas por Desmarais (2003), Edelman (2003) e Borrás (2004), além de documentos e declarações da rede, acessados para esta pesquisa.

5.1. A evolução das campanhas da Via Campesina

As campanhas dão o direcionamento e estabelecem as estratégias que serão seguidas por uma rede de movimentos sociais, na busca pela consecução de seus objetivos (Keck e Sikkink, 1998).

De acordo com a ativista Francisca Rodrigues (2003), as campanhas da Via Campesina teriam passado por um processo de evolução, marcado por três principais momentos: a Campanha Soberania Alimentar, a Campanha Sementes e em um terceiro momento: a adoção de uma abordagem abrangente e multifacetada da problemática camponesa. Segundo a líder da rede, as campanhas da Via Campesina estão vinculadas ao processo de amadurecimento da rede, e a incorporação de uma nova questão, conseqüentemente, não eliminaria outra.

A declaração de Rodrigues influenciou esta pesquisa, no sentido de investigar como se dão a incorporação de temas e a evolução das campanhas lançadas pela Via Campesina. Analisando as declarações das campanhas Soberania Alimentar e Sementes, constatamos que estas seriam inter-relacionadas e estariam confluindo para um mesmo objetivo: a luta pela justiça social e pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses, resumidos sob o conceito amplo de Soberania Alimentar.

No seu processo de evolução, a rede viria atuando, simultaneamente, nos níveis local, nacional, regional e global, dedicando-se aos seguintes pontos principais: soberania alimentar, reforma agrária, gênero, recursos genéticos, biodiversidade, direitos humanos, desenvolvimento rural, direito dos trabalhadores, agricultura sustentável e migração (Desmarais, 2003).

Segundo Rodrigues (2003), a criação do conceito de Soberania Alimentar marcaria o primeiro grande momento da Via Campesina, porque além de ter dado origem à sua primeira campanha: a Campanha Soberania Alimentar, teria sido a partir dele, que a rede teria conquistado a respeitabilidade e cumplicidade de diversos outros atores.

De acordo com dados publicados por Desmarais (2003a), o conceito de Soberania Alimentar levou 6 anos sendo desenvolvido coletivamente pela rede, em um processo que envolveu a consulta, diálogo e participação, em níveis local e

transnacional, dos movimentos sociais que a compõem. Este processo de negociação culminou na primeira versão do conceito de Soberania Alimentar, divulgado, publicamente, durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar, realizada em 1996, pela FAO, em Quebec.

Posteriormente, o sentido de Soberania Alimentar foi debatido com outros movimentos sociais e ONGs no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, em 2001. Pode-se considerar que, hoje, a sua versão final seja uma importante ferramenta para a defesa e fortalecimento dos direitos dos camponeses, uma vez que o tema da Soberania Alimentar está incorporado a muitas das discussões sobre alimentação e agricultura, negociadas em fóruns oficiais e sociais, além de ser um recurso discursivo presente nas falas da FAO, de ONGS, e de acadêmicos e ativistas.

O conceito de Soberania Alimentar ficou assim definido:

Soberania Alimentar designa o Direito dos Povos, das comunidades e dos países de definirem (nos domínios da agricultura, do trabalho, da pesca, da alimentação e da gestão da terra) as políticas ecológica, social, econômica e culturalmente adaptadas às suas situações específicas. Soberania Alimentar compreende o legítimo Direito à alimentação e à produção de alimentos, o que significa que todos os povos têm direito a alimentos seguros, nutritivos e culturalmente apropriados, aos meios de produzi-los e à garantia de ter capacidade de prover as suas necessidades e as de suas sociedades.

Soberania Alimentar implica em que, sobre os interesses comerciais, prevaleça o Direito dos Povos e comunidades a se nutrirem e produzirem alimentos. Isto supõe que os incentivos e suportes públicos sejam direcionados à produção local voltada ao consumo interno, e não à produção voltada à exportação ou à importação de gêneros alimentícios (Confédération Paysanné, 2006).

Sob o ponto de vista da Via Campesina, este seria um conceito mais amplo do que o conceito de Segurança Alimentar¹, criado pela FAO. Soberania Alimentar designaria o direito das populações, dos países e das Uniões, de definirem suas políticas agrícolas e alimentares, sem a prática de *dumping* em relação a terceiros países (Confédération Paysanné, 2005).

Este conceito foi apresentado como um padrão novo de desenvolvimento, alternativo ao modelo neoliberal, que vem norteando as decisões político-

econômicas internacionais na era da globalização. Em conformação com a Soberania Alimentar, as políticas agrícolas internacionais não deveriam ter como metas principais a exportação e o lucro, mas sim, adotar como critérios, a produção local voltada à alimentação e nutrição da população e o acesso dos camponeses e dos sem-terra aos recursos produtivos, como terra, água, sementes e crédito (Confédération Paysanné, 2004).

A Campanha Soberania Alimentar foi desenvolvida com base neste conceito e apresenta diversas propostas relacionadas à política agrícola. Em primeiro lugar, defende que a função primeira da agricultura deve ser a alimentação e a nutrição da população e, neste sentido, alega que deveria ser dada prioridade à produção agrícola local e não à produção voltada à exportação. Por conseguinte, luta para que os incentivos públicos à agricultura sejam concedidos ao pequeno produtor rural e não ao agronegócio.

Em relação aos direitos dos agricultores, a campanha atua para que seja garantido aos camponeses e aos sem-terra, o acesso à água, às sementes e à terra. Para que isto seja possível, afirma que seria necessário uma “verdadeira reforma agrária”, além da manutenção do status público para as sementes e para a água. Em consequência, a campanha incorporou as lutas contra os organismos geneticamente modificados e a favor do livre acesso às sementes, e pela manutenção da água como um bem público.

O direito dos camponeses à produção de alimentos e o direito dos povos à decisão sobre o que querem comer, por quem e como será produzido este alimento, são temas igualmente abordados por esta declaração e que estabelecem uma aproximação com os movimentos de consumidores. Ainda relativa a esta questão, a campanha atesta que as populações devem participar na escolha das políticas agrícolas dos Estados.

A definição dos preços agrícolas é uma outra questão contemplada. Neste sentido, a campanha defende que os Estados ou Uniões devem estar empenhados em manter o controle sobre a produção, visando evitar excedentes estruturais; além de ficar-lhes reservado, o direito à taxa de importações a um valor muito baixo.

¹ Para mais informações sobre o conceito de Segurança Alimentar, consultar: Pessanha e Wilkinsson (2005); Menezes, Maluf e Valente (s/d) e Maluf (1999).

A partir da análise desta campanha, pode-se inferir que para se atingir o ideal da Soberania Alimentar, conforme colocado, seria necessária a adoção de um outro Modelo de Desenvolvimento, mediante a implementação de mudanças de natureza social, política e econômica.

Em oposição à OMC e à FAO², a Via Campesina condena a legalização e disseminação do uso das sementes transgênicas, na agricultura mundial. O movimento social alega que a adoção deste modelo levaria à perda da soberania alimentar dos Estados, porque estes ficariam dependentes de uma empresa privada para a obtenção das sementes, o primeiro elo da cadeia alimentar que, em sua versão transgênica, passa a ser protegido por patentes.

Segundo diz a campanha, além de afetar a soberania dos estados, a imposição da agricultura transgênica também traria prejuízos para os agricultores, principalmente os pequenos produtores. Já que estes perderiam o direito sobre as sementes, sendo obrigados ao pagamento de *royalties* à empresa produtora de sementes, a cada nova safra.

Conseqüentemente, a Campanha Sementes atua prioritariamente na defesa da manutenção do *status* público para as sementes e pela liberdade dos Estados escolherem o modelo de agricultura a ser adotado em seus territórios. Segundo consta da declaração da campanha, esta atua em pró de um modelo de desenvolvimento alternativo ao padrão neoliberal, adotando como parâmetros, “a equidade e o respeito às diferenças e combatendo a imposição de modelos nos quais predominem uma só forma de vida ou um só modelo de desenvolvimento” (Via Campesina, 2000).

A Via Campesina apóia esta campanha em um conceito sócio-cultural de biodiversidade, além de apresentar os camponeses como os responsáveis históricos pela manutenção da biodiversidade agrícola e pela melhoria das espécies: o camponês é apresentado como um *expert*, e o seu conhecimento, valorizado.

Ao considerarmos estes aspectos, fomos levados a inquirir sobre os seus impactos ‘para dentro’ e ‘para fora’ do movimento social. Apoiados em declarações de lideranças da Via Campesina, documentos de organizações e

² O posicionamento destas instituições, em relação ao tema, será visto mais a frente, ainda neste capítulo.

movimentos sociais parceiros da rede e entrevistas realizadas por nós, com membros do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Sem Terra (MST), inferimos que esta campanha colaborou para a valorização do camponês, perante ele mesmo e a sociedade.

Apoiados por Keck e Sikkink (1998), defendemos que os conceitos de camponês *expert* e biodiversidade sócio-cultural, assim como o de Soberania Alimentar, teriam colaborado para aumentar a capacidade de influência da Via Campesina junto às suas organizações, assim como na campanha global contra os transgênicos. Pois, neste último caso, estes conceitos teriam ampliado as possibilidades de parceria com outros atores – como ambientalistas e consumidores – não diretamente interessados na questão camponesa e que passaram a demonstrar empatia pela causa e a estabelecer parceria com a rede, nesta e em outras de suas campanhas.

De acordo com vários estudiosos de movimentos sociais, dentre os quais, Keck e Sikkink (1998), no processo de interação em rede, indivíduos e organizações trocam experiências, além de exportarem e importarem modelos bem sucedidos de construção institucional. Estas práticas evidenciariam a influência mútua entre os diversos atores envolvidos, revelando que o local e o global podem ser mutuamente constitutivos. Estes aspectos são também destacados por Eschle e Stammers (2004), que ainda salientam a importância da representação de tradições e atividades pertencentes a uma cultura, em um novo contexto e local até então desconhecidos.

A investigação das práticas da Via Campesina, a partir da análise da Campanha Sementes, revela que estratégias comuns em um determinado local, a partir da relação de troca e negociação, entre as diversas organizações da rede, passaram a ser aplicadas e encenadas em outros contextos e culturas. Esta inferência está apoiada em Desmarais (2003), segundo quem, o processo de construção de alternativas da Via Campesina estaria apoiado no que acontece nas organizações constituintes da rede, em suas regiões e países.

Apesar de a agricultura transgênica constituir-se em um tema relevante para todas as organizações da rede, nos anos 2000, e de a coordenação da Campanha Sementes estar a cargo de uma organização chilena, sabe-se que este era um tema marginal, nas Américas Latina e Central, até a década de 1980 (Edelman, 2003).

Diferentemente de Índia e França, países nos quais a ‘propriedade intelectual sobre formas de vida’ e a agricultura transgênica já eram consideradas como graves ameaças às suas respectivas culturas e à sobrevivência dos camponeses e pequenos agricultores, desde esta época.

A avaliação de práticas e campanhas das organizações constituintes da Via Campesina: Karnakata Rajya Ryota Sangha (KRRS), da Índia e Confédération Paysanné, da França, levou-nos a conjecturar que estas organizações teriam sido influências fundamentais na criação da Campanha Sementes e no processo de aproximação entre a Via Campesina e grupos de consumidores e ecologistas.

De acordo com Edelman (2003), a propriedade intelectual sobre recursos da biodiversidade seria uma questão sensível para os camponeses na Índia, desde a década de 1980, e a sua oposição à OMC estaria intimamente relacionada às TRIPs. Segundo este autor, na década de 1980, a transnacional W.R.Grace adquiriu patentes norte-americanas de ingredientes ativos da semente da *neen tree*: uma planta usada, secularmente, pelos indianos, como remédio, inseticida e substituto de pasta de dente. Em 1990, com a perspectiva de ganhos com a TRIPs, a companhia iniciou, na Índia, a fabricação de produtos derivados desta planta, ameaçando tanto os produtores nacionais quanto os usuários. A percepção, por parte dos camponeses, foi a de que o “seqüestro da neen” era o preâmbulo de um ataque corporativo, na tentativa de monopolizar todo o material genético desenvolvido há séculos, pelos indianos e seus ancestrais.

Em 1992, a KRRS, atacou escritórios da Cargill, o que gerou um protesto formal da parte de Washington, dando destaque internacional à problemática relacionada a TRIPs. Ainda de acordo com Edelman (2003), a KRRS tinha uma agenda ambiciosa, demandando do governo indiano que rejeitasse o Tratado de Propriedade Intelectual e estipulasse que todos os acordos internacionais deveriam ser aprovados pelo parlamento com 50 % dos votos. Embora o governo indiano não tenha atendido a estas exigências, a KRRS teve sucesso em conseguir novos aliados à causa e em pressionar a revisão do acordo, sob as críticas de que o TRIPs seria um tipo de protecionismo, por facilitar o monopólio de sementes e produtos farmacêuticos, além de contrariar a convenção da biodiversidade.

Como veremos no tópico seguinte, o principal alvo da Campanha Sementes é a OMC, e pelo que vimos a associação entra a problemática dos transgênicos e

as negociações internacionais de agricultura, já eram foco, na Índia, desde antes desta campanha.

Ao lermos relatos de José Bové e François Dufour (2000) sobre a campanha contra os transgênicos, na França, podemos inferir que a Confédération Paysanné tenha sido uma influência decisiva na Campanha Sementes. Bové desenvolveu o conceito de *mallboufé* (comida ruim), associando-o à comida pré-fabricada do MacDonalds e este à agricultura transgênica, contrapondo o caráter sócio cultural da agricultura camponesa com o caráter padronizado da agricultura transgênica. Com esta estratégia, teria criado uma associação entre agricultura e cultura e, desta forma, mobilizado a população urbana francesa.

Este movimento social rural francês atua contra as transnacionais dos transgênicos desde a década de 1990 e as suas estratégias variam de ocupações de empresas a ações criativas e espetaculares. Podemos citar, como exemplo, a ocupação da sede europeia da Monsanto, em La Défense, nos arredores de Paris, promovida pela Confédération Paysanné, em 1990. Segundo Bové, esta ação teria gerado impactos na União Europeia que, considerando os argumentos sociais e econômicos dos manifestantes, suspendeu a autorização de comercialização do hormônio BST, de uso animal, fabricado por esta empresa.

Em 1992 foi formada uma coalizão de agricultores, consumidores e ecologistas franceses, em reação aos transgênicos: a “Aliança Camponeses Ecologistas Consumidores”. Em janeiro de 1996, esta coalizão introduziu uma vaca e sua cria, no Museu de História Natural de Paris, em protesto contra a carne com hormônio. Segundo Bové, esta ação, simbólica e criativa, teria influenciado o Parlamento Europeu a manter a sua posição contra a importação da carne com hormônio, norte-americana. Uma questão que foi à votação, pouco depois da manifestação.

Em 1999, a Confédération Paysanné promoveu a destruição de plantações de arroz transgênico do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD). E ainda neste mesmo ano, Bové esteve presente em Seattle, durante a reunião ministerial da OMC, organizando uma ação simbólica na frente de uma loja da rede MacDonalds, distribuindo queijo *Roquefort* e informando a população sobre as razões para a Europa recusar a importação da carne norte-americana. De acordo com o ativista, esta manifestação

conquistou a simpatia dos que estavam em Seattle e teve a adesão de agricultores e de grupos de consumidores norte-americanos.

A partir destes eventos, pode-se destacar o capital simbólico da campanha empreendida pela Confédération Paysanné contra os transgênicos, como um de seus principais recursos. E pode-se sublinhar, ainda, o papel indispensável da parceira com outros atores e a importância da conquista da opinião pública para a obtenção de resultados concretos.

De acordo com a análise de Heller (2001), José Bové teria conseguido associar os transgênicos ao *malbouffé* (comida ruim), construindo a noção de que os transgênicos ameaçariam a cultura francesa, uma importante fonte de divisas para este país. O que fez com que o movimento de resistência à agricultura transgênica conseguisse novos adeptos, dentre estes, grupos de consumidores e ambientalistas. De acordo com Heller, a parceria entre agricultores e ambientalistas seria inexistente, até então, já que a noção de biodiversidade prevalente estaria associada à natureza intocada e não ao uso racional dos recursos naturais e à cultura.

A partir da colocação de Heller, pode-se inferir que o conceito de biodiversidade proposto pela Via Campesina, na declaração da Campanha Sementes, tenha sido fortemente influenciado pela Confédération Paysanné.

Biodiversidade: a vida em boas mãos. Para a Via Campesina, a biodiversidade tem como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa tem liberdade para pensar e para ser. Visto desta forma, a biodiversidade não é apenas solo, água e ecossistemas, é também cultura, sistemas produtivos, relações humanas e econômicas, formas de governo. É, em essência, liberdade (Via Campesina, 2005b).

De acordo com o que foi apresentado, pode-se supor que a estratégia de ataque e invasão à propriedade privada de multinacionais, adotada pela Via Campesina, em sua campanha contra os transgênicos, também tenha sido influenciada por estas organizações da França e Índia. Por exemplo, sabe-se que apesar desta não ser uma estratégia comum em países como o Brasil, cujo foco da resistência rural seria no acesso à terra. De acordo com Desmarais (2003a), a primeira ocasião em que a Via Campesina envolveu-se em uma ação

transnacional, contra um ator privado, teria sido o ataque à Monsanto, capitaneado por José Bové, durante o Fórum Social Mundial, de 2001.

5.2. A Campanha Sementes

Como já dito no capítulo anterior, a Campanha Sementes foi lançada na III Conferência Internacional da Via Campesina (Índia, 2000) e em 2004, a luta contra os transgênicos foi eleita tema principal da IV Conferência Internacional da rede.

Na Campanha Sementes, a Via Campesina apresenta propostas, além de estabelecer estratégias e planos de ação. E para atingir seus objetivos, a rede desenvolveu um conjunto de estratégias, que serão vistas mais adiante.

O primeiro parágrafo da Declaração da Via Campesina resumiria a principal motivação para a rede desenvolver uma campanha voltada aos temas da biodiversidade, conservação de recursos genéticos e sementes transgênicas, além de evidenciar a relação destas questões com a OMC:

No mundo, vêm sendo discutidos aspectos que estão estreitamente relacionados com nossa vida cotidiana e com nossa ação camponesa. Tais como, a regulação e aproveitamento da biodiversidade, o uso e conservação dos recursos genéticos e a liberação de organismos transgênicos, que afetam a saúde da população, o ambiente rural e a economia camponesa. Os organismos internacionais, responsáveis por estes temas, enfrentam um grande dilema: adotar a opção pelo uso racional e inteligente dos recursos naturais para um desenvolvimento sustentável, ou adotar o caminho que, imposto pela pressão do livre comércio e pelo domínio do capital financeiro, leva ao abandono da segurança alimentar (Via Campesina, 2000).

Quando lançada, esta campanha tinha como principais bandeiras, o combate à privatização da vida, a oposição ao patenteamento do código genético de qualquer ser vivo; o posicionamento a favor do conhecimento livre e intercambiável e a demanda pelo respeito ao Direito dos povos à Soberania Alimentar. Esta campanha abrangeria mais do que famílias camponesas e povos nativos, já que a agricultura não seria um problema restrito a agricultores

familiares, mas envolveria todas as sociedades de todos os países (Rodrigues, 2003).

Nossa análise, de diversos documentos, entrevistas e declarações de lideranças da rede, levou-nos a considerar que, sob a ótica da campanha, a problemática camponesa seria conceituada de forma abrangente, associando questões que, no conjunto, corresponderiam aos direitos dos camponeses. Apesar de o foco estar nas sementes e na luta contra a propriedade intelectual dos recursos genéticos, estas questões são associadas a outras questões-chave como soberania alimentar, cultura, gênero, desenvolvimento, propriedade intelectual, meio-ambiente, trabalho, direitos humanos, saúde e consumo.

A declaração da campanha contém uma descrição dos problemas relacionados à privatização dos bens públicos fundamentais à sobrevivência dos camponeses e agricultores – como a água e as sementes – além de discorrer sobre os direitos do agricultor, e de estabelecer metas, estratégias e planos de ação.

A primeira das propostas deste documento explicita Dez Direitos do Agricultor, relativos à biodiversidade, aos recursos genéticos e ao conhecimento. E de acordo com o escrito, os direitos do agricultor remontariam ao tempo em que o homem criou a agricultura para resolver suas necessidades de sobrevivência, o que lhe concederia um profundo caráter histórico. Esta declaração destaca ainda a importância que possui o agricultor na conservação da biodiversidade e na geração de novos recursos e melhoria das espécies, o que lhe daria legitimidade para exigir o reconhecimento dos seus direitos sobre os recursos genéticos.

De acordo com a declaração da Campanha Sementes, os Direitos dos Agricultores seriam indissociáveis e contemplariam: o direito sobre os recursos genéticos e seus conhecimentos associados, o controle sobre o futuro destes recursos e o direito a definir o marco jurídico de propriedade destes recursos. E em face destes Direitos, a Via Campesina alega que camponeses e agricultores teriam legitimidade para exigir o direito à participação na definição, elaboração e execução das políticas e programas vinculados aos recursos genéticos.

Para a Via Campesina, os Direitos do Agricultor “são de caráter eminentemente coletivo e por isso devem ser reconhecidos como marcos jurídicos diferentes dos da propriedade privada e da propriedade intelectual”. Depreende-se, a partir desta declaração, que para a Via Campesina, os Direitos do Agricultor

sobre os recursos genéticos estariam acima dos interesses comerciais e, por esta razão, a rede defenderia que a negociação sobre a propriedade intelectual destes recursos deveria sair do âmbito da OMC.

Como pode ser conferido, no trecho da declaração da Campanha Sementes, transcrito a seguir, de acordo com a Via Campesina, os Estados devem ter sua soberania respeitada quando se trata dos direitos sobre a biodiversidade.

Estes Direitos devem ter uma aplicação nacional e o compromisso deve promover que se legisle a respeito, respeitando a soberania de cada país para estabelecer leis locais sobre as bases dos ditos princípios (Via Campesina, 2000).

O que, pelo que se confere, é também do interesse dos países em desenvolvimento. A partir da incorporação da negociação dos tratados de Propriedade Intelectual no âmbito da OMC, os Estados foram obrigados a criar leis nacionais para se adequarem a esta nova realidade. E de acordo com o Banco Mundial, os países em desenvolvimento não estariam preparados para uma rápida adequação às novas regras, cuja adoção precoce significaria prejuízo para investimentos em áreas de interesse social, consideradas mais urgentes (Actionaid, 2003).

Conforme a rede, acordos e considerações sobre biosegurança e acordos multilaterais sobre meio ambiente deveriam ter predominância sobre acordos e políticas comerciais. A Via Campesina defende que haja uma consulta pública a qualquer decisão internacional envolvendo geneticamente modificados e a soberania alimentar.

Pode-se depreender, a partir do trecho a seguir, que assim como a Campanha Soberania Alimentar, a Campanha Sementes objetiva a implantação de um modelo econômico, alternativo ao padrão neoliberal vigente. De acordo com a campanha, a liberalização indiscriminada da agricultura mundial é um dos principais fatores, responsáveis pelo acirramento da fome no mundo e pela perda da biodiversidade. De forma que a adoção de um novo enfoque nas políticas agrícolas mundiais, que privilegie os mercados locais em relação à exportação, seria uma condição indispensável para garantir a preservação da biodiversidade e a segurança alimentar dos povos.

A biodiversidade deve ser a base para garantir a segurança alimentar como um direito inegociável, fundamental e básico dos povos. Direito que deve prevalecer sobre as diretrizes da Organização Mundial do Comércio. Devemos voltar à origem, o homem desenvolveu a agricultura para resolver suas necessidades de alimentos, agora existem no mundo 800 milhões de pessoas com fome. Para resolver este problema, devemos pensar em utilizar os alimentos locais com que nos brinda a biodiversidade, apoiar os mercados regionais e locais, aplicar a investigação e a tecnologia com maior equidade (Via Campesina, 2000).

A Campanha Sementes está apoiada em um conjunto de leis internacionais, que garantem os Direitos dos Agricultores ao uso e manejo da biodiversidade e que, de acordo com a Via Campesina: “ultrapassa os marcos jurídicos da propriedade intelectual”. São elas, a resolução 5-89 da FAO, o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho, a cláusula 8-J do Convênio da Biodiversidade e o ponto 14.60 da Agenda 21, firmadas pelos chefes de estado de quase todos os países do mundo, mas quase nunca respeitadas.

Pode-se inferir que estas leis, se implementadas, afetariam a governança global da agricultura e a regulação da propriedade intelectual sobre os recursos genéticos, já que reduziriam o poder da OMC sobre estas questões.

Segundo o Compromisso Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos, adotado unanimemente através da resolução 8/83 (FAO, 1983) e endossado na resolução 5/89 (FAO, 1989), os Direitos dos Camponeses são definidos como sendo:

Os direitos resultantes da contribuição passada, presente e futura, dos agricultores na conservação, melhoramento e disponibilidade dos recursos fitogenéticos, particularmente aqueles no cerne da origem/diversidade. O propósito destes direitos é assegurar benefícios plenos aos agricultores e dar suporte à continuidade de suas contribuições (FAO, 1989).

Segundo este compromisso, os estados signatários julgaram que a melhor forma de implementar o conceito de Direitos dos Agricultores seria: “assegurar a conservação, manejo e uso dos geneticamente modificados para benefício das gerações, presentes e futuras, de agricultores” (FAO, 1989), por meio de instrumentos apropriados, monitorados pela Comissão de Recursos Fitogenéticos,

incluindo, em particular, o Fundo Internacional para os Recursos Fitogenéticos, já estabelecido pela FAO.

Em 1983, a FAO aprovou a resolução 8/83: o primeiro Compromisso Internacional, envolvendo a problemática dos recursos fitogenéticos, monitorado pela Comissão para os Recursos Genéticos para Alimento e Agricultura³, ao qual aderiram 113 países⁴. Segundo esta resolução, os recursos genéticos das plantas são considerados herança da humanidade, um bem que deve permanecer público e acessível em pró das gerações presentes e futuras, partindo do pressuposto que, nos países em desenvolvimento, as instituições e os fundos para pesquisas em plantas seriam insuficientes, ou até mesmo, inexistentes.

Este documento expressa o receio que muitos destes recursos (na sua maioria plantas nativas e selvagens originárias e/ou endêmicas destes países) estejam sendo insuficientemente explorados, correndo o risco de serem perdidos para sempre. A resolução concluiu que a pesquisa dos recursos fitogenéticos das plantas seria indispensável para a melhoria das espécies agrícolas, e propôs a criação de um programa efetivo de produção de plantas, intentando extrair dos recursos fitogenéticos todas as vantagens possíveis (FAO, 2005c).

Na aprovação desta resolução, oito países expressaram reservas⁵. A intenção seria chegar a um acordo que contemplasse interesses dos diferentes atores envolvidos: os investidores em pesquisas em biotecnologia (inovadores formais), os agricultores (inovadores informais), os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Os direitos dos investidores formais já estavam garantidos pela resolução 4/89. A resolução 5/89 endossou os direitos dos inovadores informais, garantindo aos agricultores o pleno direito aos benefícios proporcionados pelo uso dos Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura. Enquanto que a resolução 3/91 veio a reconhecer os direitos soberanos das nações sobre os recursos genéticos e a acordar que os Direitos dos Agricultores deveriam ser implementados através de um fundo internacional para os recursos fitogenéticos. Estas últimas determinações foram anexadas ao Compromisso Internacional

³ Da Comissão para os Recursos Genéticos para Alimento e Agricultura, fazem parte 160 países, e mais a Comunidade Européia.

⁴ Incluindo dois países não-membros da FAO: Liechtenstein e Rússia.

⁵ Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

original, tendo como resultado, um compromisso mais equilibrado entre os interesses das diversas partes.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em julho de 1992, no Rio de Janeiro, líderes mundiais definiram uma estratégia comum para atingir a meta de um desenvolvimento sustentável. E um dos principais acordos firmados na Eco92 foi a Convenção sobre a Biodiversidade (CBD, 2005a), ratificada por 188 países (CBD, 2005b). Esta convenção estabeleceu três metas principais: a conservação da diversidade biológica⁶, o uso sustentável de seus componentes e o compartilhar justo e equitativo dos benefícios advindos do uso dos recursos genéticos⁷.

De acordo com os resultados das negociações da Convenção sobre a Biodiversidade (CBD), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), no capítulo 14 da Agenda 21, demandou o fortalecimento do Sistema Global da FAO para Conservação e Uso sustentável dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura, na regulamentação dos recursos genéticos.

Segundo o ponto 14/60 da referida agenda, a ausência de políticas nacionais coerentes em prol de uma Agricultura Sustentável e do Desenvolvimento Rural (SARD) seria um problema disseminado, não estando limitado aos países em desenvolvimento. Sendo aquelas economias em fase de transição de um sistema planejado para um sistema de livre mercado as que mais necessitariam de um projeto que incorporasse considerações ambientais na análise das atividades econômicas, incluindo a agricultura.

Tendo como meta a Segurança Alimentar, todos os países deveriam calcular os impactos das políticas econômicas no desempenho dos setores agrícolas e de alimento, considerando itens como bem-estar rural e relações de comércio internacional, na intenção de identificar as medidas compensatórias apropriadas. Segurança alimentar, neste caso, equivaleria a equacionar um aumento

⁶ Segundo o artigo 2 da Convenção sobre Biodiversidade, Diversidade Biológica significa variabilidade dentre os organismos vivos, incluindo organismos: *inter alia*, terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte. Inclui a diversidade *dentro* das espécies, a diversidade *dentre* as espécies e a diversidade dos ecossistemas. (Convention on Biological Diversity - Convention Text, Article 2: Use of Terms).

⁷ Para efeito desta convenção, Recursos Genéticos são definidos como: material genético de valor real ou potencial (Convention on Biological Diversity - Convention Text, Article 2, Use of Terms).

considerável da produção agrícola com uma forma sustentável de produção, tendo como objetivo, proporcionar às pessoas o direito a uma boa alimentação e a suprimentos culturalmente adequados (ONU, 2005).

Ao adotarem a Convenção da Biodiversidade, de maio de 1992, os países também aceitaram a resolução 3 do Ato Final de Nairobi. Este ato apelava para a busca de soluções de problemas pendentes em relação aos recursos fitogenéticos, em particular, o acesso a coleções *ex situ* (não contempladas pela Convenção) e à questão dos Direitos dos Agricultores (CBD, 1992). Nesta resolução ficou acordado que estas questões deveriam ser de competência (do fórum) da FAO.

Questões relacionadas à conservação *in situ* (preservação e regulação da biodiversidade, dentro ou fora de áreas protegidas, com vistas a assegurar sua conservação e uso sustentável) foram contempladas pela cláusula 8 da Convenção da Biodiversidade (CBD, 2005c). Dentre estas, consta a regulação do uso das sementes transgênicas, tendo em vista o controle dos riscos que a disseminação indiscriminada destes organismos, geneticamente modificados, pode provocar à biodiversidade⁸.

Os critérios adotados valorizaram a preservação dos recursos biogenéticos e da biodiversidade e focalizavam os riscos para os seres humanos, considerando, além dos aspectos biológicos e científicos, aspectos sócio-culturais, como a preservação dos modos de vida e do conhecimento tradicional das populações indígenas e tradicionais. As cláusulas J e K, do referido artigo destacam a importância dos conhecimentos tradicionais na preservação da biodiversidade, o que em nossa consideração, endossaria o conceito sócio-cultural de biodiversidade defendido pela Via Campesina.

Segundo a cláusula 8J, os signatários deveriam respeitar e preservar os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas das comunidades locais e indígenas, assimilando-os e integrando-os como indispensáveis à conservação e ao uso harmônico da biodiversidade biológica. Promover a sua ampla aplicação, conjuntamente à aprovação dos detentores destes conhecimentos, e estimular o compartilhar igualitário dos benefícios retirados da utilização destes conhecimentos, suas inovações e sua prática.

⁸ Cláusulas: G, H e I, deste artigo.

De acordo com a cláusula 8K, os signatários devem desenvolver (ou manter) uma legislação específica (ou qualquer outro mecanismo regulador), voltada à proteção de espécies e populações ameaçadas. O objetivo, destas medidas, deve ser a proteção e manutenção das espécies e povos ameaçados de extinção.

Por fim temos a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que veio a reconhecer a obsolescência dos instrumentos existentes para o reconhecimento dos Direitos dos Povos indígenas, assim como de sua integridade. Os quais, datando de 1957, não consideravam, satisfatoriamente, as diferenças sócio-econômico-culturais deste conjunto de atores. E em reconhecimento desta necessidade, a OIT estipulou medidas que:

(a) assegurem que estes indivíduos sejam beneficiados com os mesmos direitos e oportunidades que as Leis e regulações garantem aos outros membros da população; (b) promovam a realização plena dos Direitos sócio-econômico-culturais destes povos, com respeito à sua identidade cultural e social, seus costumes, tradições e instituições; (c) prestem assistência aos membros destes povos, com vistas à eliminação de lacunas que possam existir entre indígenas e outros membros da comunidade nacional, de uma forma compatível com as suas aspirações e modos de vida (ILO, 1989).

As principais propostas contidas na Declaração da Campanha Sementes estão apoiadas no conjunto de Leis mencionadas anteriormente. Estas proposições não estão limitadas aos interesses dos camponeses, referindo-se a todos os setores da sociedade e apoiando-se, principalmente, nos riscos, de precaução e previsão, contidos na agenda 21; na Cúpula da Terra e no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

Com base nestes princípios, a rede demanda que todos os setores da sociedade tenham direito à informação adequada, para que possam debater a respeito e ser consultados sobre todas as decisões relacionadas ao uso, manejo e liberação de organismos transgênicos. Além de exigir que acordos e considerações de biossegurança e acordos multilaterais sobre meio ambiente prevaleçam sobre os acordos e políticas comerciais.

De forma que, para fazer frente à governança global da agricultura e da biodiversidade, a Via Campesina desenvolveu propostas, concretas, apoiadas em Leis e acordos internacionais, não limitando-se à mera ação contestatória, baseada apenas em protestos e coalizões, sem nenhum fundamento maior.

Para atingir estes objetivos, a rede de movimentos sociais desenvolveu um conjunto de estratégias que, em resumo, seriam: o fortalecimento e formalização da presença do grupo em organizações internacionais; a formação de uma campanha internacional de informação e difusão sobre os temas da biodiversidade e recursos genéticos no interior do grupo e a realização de uma campanha, em cada país onde o grupo está presente, demandando aos governos um marco legal e um marco econômico, para o desenvolvimento de um modelo de desenvolvimento rural.

E para implementá-las, a rede desenvolveu um plano de ação que inclui: reuniões de caráter regional, troca de informações, a realização de uma campanha contra o patenteamento da vida, o estabelecimento de um programa alternativo de comercialização e troca de sementes; a eleição de um dia mundial do camponês, para protestar contra os geneticamente modificados; medidas para promoção e desenvolvimento de variedades vegetais locais; a elaboração de uma carta, direcionada ao alto comissariado de Direitos Humanos da ONU, demandando o apoio contra a “violação da vida”; a criação de um observador internacional monitorando a operação das grandes transnacionais da agrobiotecnologia; a exigência que as instituições responsáveis pela pesquisa agrícola evitem a privatização da pesquisa e do conhecimento; o estabelecimento de uma campanha para que todas as atividades da Via Campesina, junto às organizações internacionais, sejam respaldadas pelas organizações com documentos dirigidos aos governos; a promoção da obrigatoriedade da rotulagem dos transgênicos e a demanda, com relação aos governos, por créditos e subsídios agrícolas não restritos ao uso de produtos transgênicos.

As três principais estratégias elaboradas pela Via Campesina estavam voltadas para a atuação em três diferentes níveis: internacional, nacional e local.

A primeira estratégia refere-se à sua atuação junto às instituições internacionais e propõe:

que a Via Campesina reforce a sua participação e formalize sua presença nos organismos internacionais, constituindo-se na voz do movimento internacional camponês diante da Convenção da Biodiversidade; da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); do protocolo de Cartagena ou de Biosegurança; do Foro Internacional dos Bosques (Via Campesina, 2000).

Ao analisarmos a declaração da campanha, constatamos que a OMC não está incluída no conjunto de estratégias, mas é mencionada como um agente da globalização neoliberal, agindo em favor das transnacionais do agronegócio.

De acordo com Desmarais (2003), isto se explica porque até o ano de 2001, a Via Campesina não percebia a OMC como um espaço no qual pudesse atuar de forma efetiva, o que levou a rede a concentrar seus esforços nas agências e programas da ONU. O movimento social acreditava que, atuando de forma colaborativa junto a FAO, teria maiores condições de influenciar as negociações internacionais de agricultura. Mas após esta data, cada vez mais descrente do poder desta instituição, a rede passou a concentrar seus esforços em relação à OMC (Rodrigues, 2003; Desmarais, 2003).

De acordo com Desmarais (2003), a Via Campesina atua de forma participativa e colaborativa junto a instituições internacionais, apenas, em contextos nos quais exista um espaço favorável à negociação e um comprometimento real da outra parte com uma mudança política, e a FAO estaria perdendo este *status* junto ao grupo. Mas na opinião de um de nossos entrevistados, (o funcionário de uma ONGI, que por trabalhar em contato direto com o ator, preferiu o anonimato), a Via Campesina ainda é um ator bastante atuante junto à FAO e a outras organizações internacionais, principalmente por intermédio do *International NGO/CSO Planning Committee for Food Sovereignty* (IPC), uma rede global, de ONGs e movimentos sociais preocupados com questões de soberania alimentar, criada em 2000.

A segunda estratégia refere-se à sua atuação junto aos estados:

Que a Via Campesina conduza uma campanha, em cada país onde está presente, demandando aos governos um marco legal e um marco econômico justo para com um modelo de desenvolvimento rural camponês (Via Campesina, 2000).

Com relação a esta frente, destacam-se a Índia e a França, o Canadá e o Brasil (Desmarais, 2003). Os grupos, filiados à Via Campesina, na França e Índia, seriam os precursores, ao pressionarem os seus respectivos governos a se posicionarem contra os transgênicos, seja nas negociações da OMC ou resistindo

à adoção destas tecnologias em seus territórios, desde a década de 1980 (Edelman, 2003; Desmarais, 2003). No Canadá, os ativistas da NFU vêm atuando contra a introdução do trigo geneticamente modificado neste país, desde a década de 1990.

No Brasil, a luta mais antiga seria contra a importação e a liberação do plantio da soja transgênica, em território nacional (Desmarais, 2003), e mais recentemente, a adesão da Via Campesina à campanha empreendida, por vários movimentos sociais e ONGs, em favor da identificação dos alimentos que contenham componentes transgênicos (Carta Maior, 2006).

Em entrevista a nós concedida, Laudemir Müller, assessor internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA), relatou que a Via Campesina teve uma atuação proativa em todas as reuniões preparatórias para a COP3 e MOP8, discutindo e desenvolvendo propostas junto ao governo. De acordo com Laudemir, a pressão exercida, por este e outros movimentos sociais, influenciou fortemente a decisão, do país, em defesa do uso do termo “contém transgênicos” na rotulagem de carregamentos transfronteiriços de Organismos Vivos Geneticamente Modificados (OVMS). O Brasil que, junto com os Estados Unidos, Canadá e México, defendia o uso do termo “pode conter”, contrariou os interesses da grande indústria nacional, mudando o seu posicionamento junto à questão, o que criou efeitos significativos na dinâmica das negociações da COP3.

Outro exemplo seria a aliança firmada entre a Via Campesina e Hugo Chaves, considerado pela rede como um de seus principais aliados, por ter se mostrado aberto à proposta de fazer da Venezuela, o primeiro país livre de transgênicos (Via Campesina, 2005).

A terceira estratégia da Campanha Sementes está direcionada aos movimentos sociais locais:

Que se realize uma campanha internacional de informação e difusão sobre os temas de biodiversidade, recursos genéticos e biosegurança no interior da Via Campesina (Via Campesina, 2000).

Tendo como apoio Keck; Sikkink (1998), com base nas declarações de Rodrigues (2003) e na análise do material desta campanha, pode-se considerar que a troca de conhecimentos e experiências, a educação e a informação sejam alguns dos recursos mais importantes desta campanha. Estas autoras consideram que a

habilidade de gerar informação rápida e precisa, e dispô-la de forma efetiva, seja um dos maiores valores de barganha de uma rede social e um dos elementos centrais à sua identidade.

De acordo com a percepção de Rodrigues (2003), a troca de informação e o compartilhar de conhecimento e experiências seriam estratégias valiosas no processo de valorização da cultura e do resgate da auto-estima camponesa. Os fóruns internacionais, os encontros regionais e principalmente as feiras de trocas de sementes seriam oportunidades valiosas para os camponeses trocarem informação e conhecimento. Principalmente para os camponeses do norte que, por estarem mais expostos ao assédio das grandes transnacionais de sementes e insumos agrícolas, oferecem mais resistência e demonstram um desconhecimento maior sobre a manipulação das sementes tradicionais, que os do Sul global.

No curso desta pesquisa, fomos levados a inferir que, sob a influência da Campanha Sementes, os camponeses e pequenos agricultores teriam adquirido maior consciência de que o seu conhecimento é avançado e valorizado, inclusive, por aqueles que o desprezava, e esta conscientização estaria ajudando na recuperação do conhecimento tradicional.

Nas palavras de Francisca Rodrigues:

Quando vemos o que os homens e mulheres têm feito nos diferentes países, as coisas tornam-se mais fáceis. As pessoas sentem a necessidade de compartilhar o que sabem, porque compartilhar conhecimento significa auto-estima[...]Nosso conhecimento e sabedoria foram sempre reprimidos porque nós éramos considerados ignorantes e atrasados. Hoje nós sabemos que, ao contrário, somos muito avançados e isso nos ajuda a recuperar o nosso conhecimento[...]Como guardiões, destes recursos e conhecimentos, praticamos a solidariedade e a cooperação porque acreditamos na unidade dentro da diversidade, tanto na natureza, quanto na humanidade. Por isto é que inter-atuamos em organizações de comunidades rurais e indígenas para promover relações de justiça social em todos os âmbitos da vida (Rodrigues, 2003).

Ainda segundo Rodrigues (2003), há muitos interesses escusos em torno do conhecimento e muitos pesquisadores que são “lobos vestidos com pele de cordeiro”, o que justificaria a necessidade urgente de pesquisas conduzidas por camponeses e que tenham como objetivo inventariar o conhecimento usurpado.

Em uma entrevista feita com membros do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) questionamos sobre o valor do conhecimento tradicional e do papel do camponês na proteção das sementes e pudemos constatar a relação entre esta campanha e a conscientização do camponês acerca do seu papel na preservação da biodiversidade agrícola.

Pode-se inferir que a Campanha Sementes colaborou para o resgate da auto-estima dos camponeses pois, no processo de luta contra a agricultura transgênica, estes atores são revalorizados e conceituados não mais como ignorantes, mas como *experts* do conhecimento tradicional, como se percebe no trecho da declaração da campanha, transcrito a seguir:

Opomo-nos a que se privatizem as patentes dos materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa e à atividade indígena. Os gens e a vida são propriedades da vida mesma. Nós, os camponeses, as temos resguardado, cuidado e protegido, com uma educação clara, de geração a geração e com um profundo respeito à natureza[...]Somos os camponeses que realizamos o melhoramento genético e nosso maior aporte é a evolução de cada uma das espécies[...]A riqueza biológica e a riqueza cultural concentram-se nos chamados países em desenvolvimento, situando-se principalmente nos trópicos, tendo estado sempre resguardados por comunidades camponesas e indígenas (Via Campesina, 2000).

Ao tratar-se, especificamente, da situação da mulher camponesa, observa-se que esta campanha teria exercido um efeito, relevante e positivo, também, neste sentido. Segundo Desmarais (2003), dentre os camponeses, as mulheres seriam as mais desprivilegiadas e, de acordo com Rodrigues (2003), a Campanha Sementes teria contribuído para a sua valorização dentro do próprio movimento social.

Esta valorização não teria surgido de repente. Rodrigues acredita que a mudança no *status* da mulher rural tenha sido uma consequência da reforma agrária e das transformações econômicas que, ao tirarem o homem do campo, colaboraram para evidenciar a importância das mulheres camponesas. É possível inferir a contribuição desta campanha para elevar o *status* das mulheres dentro da própria Via Campesina, quando se constata que, no evoluir da campanha, as mulheres vieram a ser percebidas como as responsáveis históricas pela manutenção das sementes e pela melhoria genética das espécies vegetais e animais, ou seja, como *experts* e responsáveis pela preservação do conhecimento tradicional.

Outro aspecto a ser considerado é o papel proeminente das mulheres nesta campanha, que tem Francisca Rodrigues como líder e uma crescente participação de mulheres, em sua condução, como ilustra o encontro da OMC realizado em 2005, em Hong-Kong. Neste evento, a Via Campesina esteve representada por várias lideranças femininas, responsáveis por declarações à imprensa e pela organização de eventos e protestos (Reuters, 2005; Via Campesina, 2005). Outro exemplo teria ocorrido no Brasil, onde mulheres, ativistas da rede, protagonizaram o ataque a um horto florestal da empresa Aracruz Celulose, no Dia Internacional da Mulher de 2006, mesma época em que se realizava em Porto Alegre, a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICAARD), organizada pela FAO. Esta ação teve repercussão expressiva na mídia nacional (Jornal do Brasil, 2006; Folha de São Paulo, 2006), além de ter colaborado para que a Aracruz fosse condenada pelo Tribunal dos Povos, realizado paralelamente ao Quarto Encontro de Cúpula de Chefes de Estado da União Européia, América Latina e Caribe, em maio de 2006, em Viena na Áustria (Carta Maior, 2006).

Ao reconceituar o camponês como *expert*, a Via Campesina oferece-nos subsídios para acreditar que esta campanha, além de levantar uma questão político-social, incida diretamente sobre a hegemonia do conhecimento. Ao confrontar a Engenharia Genética – um conhecimento de ponta – com a agricultura e a sabedoria dos povos indígenas e camponeses, tidos como os conhecimentos mais tradicionais da espécie humana, pode-se dizer que, mesmo subliminarmente, a campanha questione o porquê de apenas um conhecimento ser percebido como legítimo.

Esta inferência levou-nos a identificar a conceituação – ou *frame* – de questões, como um outro importante recurso desenvolvido pela Via Campesina na Campanha Sementes. De acordo com Keck; Sikkink (1998), as redes sociais criam categorias (ou *frames*) com as quais geram e organizam a informação e na qual baseiam as suas campanhas. E nesta campanha, além de apresentar o camponês como *expert*, a Via Campesina introduz uma noção sócio-cultural de biodiversidade:

[...]Para a Via Campesina, a biodiversidade tem como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e que cada povo e cada pessoa têm liberdade para pensar e para ser. Visto assim, a biodiversidade não é apenas flora

e fauna, solo, água e ecossistemas, é também culturas sistemas produtivos, relações humanas e econômicas, formas de governo, é em essência, liberdade (Via Campesina, 2000).

Pode-se conceber que, ao ter incorporado a questão dos transgênicos, associando-os à cultura, saúde, consumo e biodiversidade, a Via Campesina tenha criado uma oportunidade para que grupos de consumidores, ambientalistas, cientistas e naturalistas, não diretamente interessados na problemática camponesa, sentissem empatia às suas causas e viessem a aderir a esta e a outras de suas campanhas. E neste sentido, apoiado pelas estratégias de comunicação e informação, o *frame* desta questão teria se mostrado uma importante ferramenta na construção de parcerias com outros atores.

Como colocado por Rodrigues (2003), a intenção seria *educar* a opinião pública sobre a abrangência do problema da agricultura, visando mostrar que o modelo de desenvolvimento, propagado pelas Instituições Multilaterais e adotado pelos Estados, seria uma opção política com reflexos na sociedade como um todo:

Para o resto das pessoas há um papel muito importante: entender, tornar-se consciente. As pessoas têm que entender o quanto este novo sistema alimentar, imposto, nos tirou, o que perdemos e como isto nos afeta. Os agricultores familiares estão defendendo o seu comércio (Rodrigues, 2003).

A parceria com ONGs e outros atores seria um outro fator fundamental no processo de conscientização da opinião pública. Segundo o ativista do MST, Egídio Brunetto (MST, 2004), os camponeses plantam, mas quem come é a sociedade e por esta razão seria possível à Via Campesina integrar organizações não governamentais e consumidores à luta contra os transgênicos, expandindo a luta contra o modelo político e econômico neoliberal para além das questões agrícolas. No entender de Desmarais (2003), estas alianças seriam estratégicas tanto para a Via Campesina como para as ONGs, pois se o movimento lucra ao conseguir apoio às suas demandas e ações, estes outros atores ganham em legitimidade, ao trabalharem com a maior rede mundial de movimentos sociais camponeses.

Como já visto, a Via Campesina optou por não estabelecer alianças com ONGs no seu primeiro ano de existência (Desmarais, 2003; Edelman, 2003). Mas

já em 1997, a rede realizou um encontro com ONGs européias, no qual foram discutidos três pontos principais, os quais vieram a ser as bases para a futura colaboração entre a Via Campesina e ONGS em geral (Desmarais, 2003).

O primeiro seria o reconhecimento, por parte das ONGs, de que a Via Campesina estava passando por um processo de fortalecimento que a impedia de estar completamente disponível a demandas externas. O segundo, que haveria necessidade de reconhecimento dos diferentes papéis a serem exercidos pelas organizações de agricultores e por ONGS, em nível internacional. E o terceiro ponto, que a Via Campesina não desejava estabelecer relações com ONGS apoiadas exclusivamente por patrocínio público (Desmarais, 2003).

O processo de engajamento efetivo com ONGS foi inaugurado em 1999, durante o encontro ministerial da OMC, em Seattle, quando a Via Campesina adotou a estratégia “Globalizar a luta, globalizar a esperança” e engajou-se na coalizão *Our World is Not for Sale* (O Nosso Mundo Não Está à Venda) (Desmarais, 2003; Stedille, 2003).

Pode-se constatar que, desde então, nos processos de conscientização da sociedade e de pressão sobre as instituições internacionais e outros mecanismos de governança, a parceria da Via Campesina com ONGS, organizações, coalizões e movimentos sociais tem sido de extrema importância.

Na perspectiva da Via Campesina, estas parceiras trazem diversos benefícios, como o apoio de ONGS a movimentos sociais rurais, na forma de parceira ou financiamento a projetos e campanhas, e a ampliação dos canais de divulgação da Via Campesina e da Campanha Sementes junto a opinião pública.

Em relação às instituições internacionais esta parceira tem se mostrado igualmente fundamental. Em organizações – como a FAO, ou até o Banco Mundial – junto às quais a sociedade civil tem algum poder de ingerência, esta parceira aumenta o poder de influência da Via Campesina, podendo gerar resultados concretos. Como por exemplo, o já mencionado Relatório Anual sobre a Violação dos Direitos Humanos dos Camponeses, apoiado pela FoodFirst Information and Action Network (FIAN International).

Mesmo em relação à OMC, uma organização fechada à interferência da sociedade civil, esta parceria mostrar-se-ia relevante. Conforme colocado pelo nosso entrevistado (que preferiu o anonimato), uma das formas da rede manter-se

atualizada sobre o que acontece dentro dos limites da reunião da OMC seria através do contato com funcionários de ONGS, presentes ao encontro oficial, que alimentam a rede com informações sobre os cursos das negociações.

Constatou-se, ao longo desta pesquisa, que estas parcerias dão-se de diversas formas. A Via Campesina participa de coalizões e workshops; divulga as suas informações e promove chamamentos à ação, em mídias alternativas e nos sítios de Internet de outras organizações e movimentos; conta com a participação de outros atores em mobilizações e protestos contra as agências econômicas multilaterais, principalmente nos encontros ministeriais da OMC; recebe o apoio institucional de organizações e indivíduos, na defesa da sua posição dentro da FAO e outros organismos multilaterais; participa em encontros oficiais de entidades e grupos representantes da sociedade civil e participa ativamente em fóruns – como o Fórum Social de Porto Alegre – que são oportunidades de trabalho conjunto com outros atores, na intenção de construir coletivamente alternativas aos modelos econômicos e de desenvolvimento vigentes.

Embora não conste de sua declaração, identifica-se como uma das particularidades, desta campanha, a realização de ações legais ou ataques diretos a corporações transnacionais da agricultura transgênica. Desmarais (2003) fornece como exemplos, a destruição de plantações de algodão do tipo BT-cotton fields, na Índia, o bloqueio de navios argentinos repletos de sementes modificadas, pelo MST no Brasil, e o trabalho da organização canadense NFU contra a introdução do trigo geneticamente modificado. Nestes casos, não costuma haver diálogo e sim confrontos que, em geral, são conduzidos, em nível local, pelos movimentos sociais, através de estratégias como bloqueios, protestos e ataques diretos às plantações, celeiros, depósitos e escritórios das corporações transnacionais (Edelman, 2003; Desmarais, 2003; Heller, 2002).

Desmarais (2003) afirma que a dimensão transnacional, da resistência local e nacional, da Via Campesina, estaria melhor refletida nas lutas contra o controle corporativo dos recursos agrícolas e contra a imposição dos geneticamente modificados, ambas as questões, associadas à batalha contra as transnacionais da agro-biogenética. Conforme já abordado, nesta dissertação, a primeira ação coletiva da Via Campesina, contra um alvo privado, envolvendo ativistas de diferentes nacionalidades, foi o ataque empreendido contra a filial da Monsanto,

no Sul do Brasil, liderado pelo francês, José Bové, por ocasião do Fórum Social Mundial de 2001 (Desmarais, 2003).

Apesar de a luta, contra as transnacionais das sementes transgênicas, ter como estratégias, mais comuns, os ataques diretos às corporações. Há casos em que as contendas são travadas dentro dos limites da Lei¹⁰ e um destes exemplos teria acontecido, também, no Brasil, protagonizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em ação contra a Monsanto.

Em 2005, a Monsanto patrocinou a publicação de um material didático, direcionado à rede pública de ensino, cujo projeto havia sido aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura (Minc), mas cujo resultado não correspondeu ao que fora aprovado. Tanto a empresa como a Editora Horizonte Geográfico, responsável pela edição do material, foram acusadas de propaganda ideológica, por professores, ambientalistas e ativistas do MPA. O deputado federal Frei Sérgio Górgen, membro do MPA, apresentou uma denúncia contra as empresas e o material foi retirado de circulação pelo Ministério da Educação e Cultura.

A Editora Horizonte Geográfico e a Monsanto fizeram uma parceria no projeto "Janela para o Mundo", com o objetivo de promover debates sobre meio ambiente em 5.409 escolas da rede estadual da Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, utilizando material paradidático produzido pela editora. A iniciativa contou com o apoio do Ministério da Cultura (Minc) que, via Lei Rouanet, financiou 30% do valor do projeto, tendo sido o restante do dinheiro, garantido pelo patrocínio da Monsanto.

A parceria com a Monsanto suscitou a desconfiança de professores e ativistas, ao que a editora defendeu-se, colocando que a Monsanto não teria influenciado na definição do conteúdo do material e só teria entrado com algumas considerações, como a escolha dos estados contemplados pelo projeto: Bahia, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, quase todos grandes produtores de soja no país.

Segundo Viviane Amaral (2005), membro da Rede Brasileira de Educação Ambiental, o interesse da Monsanto pode não ter sido a manipulação direta da opinião pública, por meio de um projeto educacional. Mas sim, associar a sua

¹⁰ As informações apresentadas têm como fontes: a Revista Carta Capital (2005a; 2005b), o Jornal Brasil de Fato (2005) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), via correio eletrônico.

imagem a ações positivas na área ambiental, uma vez que entidades ambientalistas em todo o mundo movem intensa campanha de denúncia às suas ações predatórias. A opinião de Elizabeth Foschiera (2005), ambientalista e professora da rede estadual em Passo Fundo (RS), que participou de uma das oficinas de capacitação do projeto, foi a de que o material publicado seria tendencioso, na medida em que não citava a agroecologia; e que as lavouras orgânicas e tradicionais eram retratadas de modo a parecerem antigas e ultrapassadas frente às transgênicas. Este material didático foi denunciado como propaganda ideológica por Frei Sérgio Görgen, deputado e líder do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimento social integrante da Via Campesina.

Nas palavras de Görgen:

Esta empresa, além de incentivar o contrabando de soja transgênica no Brasil, fazer lobby para a aprovação da Lei de Biosegurança e cobrar caro pelo uso das sementes, agora investe pesado na lavagem cerebral de milhares de crianças (Görgen, 2005).

O material impresso foi recolhido e as revistas não foram mais utilizadas nas escolas. De acordo com a decisão do Ministério, a editora deveria devolver o dinheiro gasto na produção deste material, depositando-o no Fundo Nacional da Cultura e os exemplares já distribuídos deveriam ser recolhidos, porque o tema *agricultura* não estaria contemplado no projeto original. Outra irregularidade identificada, mas não mencionada na nota oficial do ministério, seria o fato de que, originalmente, o projeto seria desenvolvido na região sudeste e não nos maiores estados produtores de soja no Brasil, como foi o caso.

Como ilustra o exemplo acima, na campanha contra os geneticamente modificados, a Via Campesina conta com o apoio de outros atores interessados nesta questão, como movimentos ambientalistas e grupos de consumidores, e como já dito, estas parcerias seriam umas de suas mais importantes estratégias. Em primeiro lugar, porque contribuem para a visibilidade e credibilidade da rede junto à opinião pública, já que suas demandas e justificativas – como o Conceito de Soberania Alimentar – se fazem cada vez mais presentes, sustentando estas posições. E em segundo lugar, constituir-se-iam em um apoio fundamental à rede junto às organizações internacionais e aos governos.

No processo de construção de alternativas, em parceria com outros atores, os fóruns sociais seriam oportunidades das mais importantes. Estes eventos representam oportunidades para que cidadãos do mundo troquem idéias e desenvolvam propostas e alternativas à política neoliberal e ao modelo de desenvolvimento vigente. E dentre estes, o *Fórum Social Mundial* seria um dos exemplos mais significativos (Gómez, 2004).

De acordo com Seoane e Taddei (2001), este fórum seria parte do movimento alter-globalização, tendo sido, na origem, iniciativa de um grupo de movimentos e organizações sociais brasileiras, com o apoio do periódico francês *Le Monde Diplomatique*, também, promotor da Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), que atuou, em 1998, contra o Acordo Multilateral de Investimentos.

O Acordo Multilateral de Investimentos, conhecido como MAI, foi uma iniciativa sigilosa dos países da OCDE, que veio a público em 1998. Este acordo vinha sendo discutido em segredo pelos quadros da OCDE e seria assinado pelo grupo dos 7 países mais ricos do mundo (G7), para depois ser *proposto* aos demais países. A idéia do acordo era formar uma espécie de constituição mundial do capital, que daria aos países signatários todos os direitos, principalmente em relação aos países do terceiro mundo, onde seriam implementados os *investimentos*. Este acordo foi denunciado inicialmente pelo movimento social norte-americano *Public Citizens* e divulgado pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, o qual publicou um artigo de autoria de Lori Wallach, advogada deste movimento. A reação da sociedade ao artigo fez surgir um poderoso movimento de protesto, que levou a França a retirar-se das negociações, no fim de 1998, o que fez com que o acordo não fosse celebrado (Whitaker, 2004). E uma das entidades líderes da mobilização contra o Acordo Multilateral de Investimentos seria a ATTAC, uma iniciativa social que começava a formar-se na França, por esta época, com o apoio do *Le Monde Diplomatique*.

O objetivo inicial da ATTAC, hoje presente na França e em outros países do mundo, seria lutar pela concretização da proposta de taxação dos movimentos do capital especulativo, elaborada pelo Nobel de Economia, James Tobin, como uma forma de controlar a livre e incontrolada circulação de capital em escala mundial, como acontece hoje (Whitaker, 2004. FSM, Origens).

De acordo com a posição do Fórum:

Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações (Memória Fórum Social Mundial, 2001).

De acordo com a Memória Fórum Social Mundial, a idéia inicial seria organizar um encontro que reunisse todas as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa contra a globalização neoliberal e em pró do social. O fórum pretendia ser um contraponto às políticas econômicas neoliberais, de forma que, realizá-lo nos mesmos dias que o fórum econômico de Davos dava ao *Fórum Social Mundial* uma importante dimensão simbólica (Whitaker, 2004). O encontro deveria ser realizado em um país do terceiro mundo, e o Brasil foi escolhido por ser um dos mais bem estruturados e Porto Alegre, por ter ficado mundialmente famosa por suas experiências democráticas. De forma que, no ano de 2001, foi realizado, nesta cidade, o primeiro fórum, pautado por dois grandes temas: riqueza e democracia.

A Via Campesina participou ativamente em todos os Fóruns Sociais Mundiais e a já sua primeira edição teve grande importância para a rede. Um dos retornos obtidos, com sua participação neste encontro, foi a adesão de novas organizações à Campanha do 17 de abril que, ao fim do I FSM, somavam 184 (Desmarais, 2003). Outra conquista foi a organização do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que veio a ser realizado, em Havana, Cuba, entre os dias 3 e 7 de setembro deste mesmo ano.

Stédille (2003) diz que a organização de um fórum sobre o tema da Soberania Alimentar já mobilizava vários movimentos sociais preocupados com o problema da fome e com a falta de perspectiva de solução em curto prazo, em função das políticas adotadas e prescritas pela FAO. Mas a idéia teria se concretizado no Fórum Social Mundial de 2001, envolvendo em sua organização¹¹ e convocação, 24 movimentos sociais e ONGS, de diversas partes do mundo.

¹¹ Via Campesina, de Honduras; a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), de Cuba; o Centro de Estudos Rurais, da Albânia; o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do Brasil; a Agriculture Paysanne et Modernisation (APM); o Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional (CERAI), da Espanha e a Fondation Charles Léopold Mayer (FPH), da França.

“É possível haver soberania alimentar no mundo de hoje?”, esta foi a questão central deste fórum, que teve como temas principais, alimentação e nutrição. Além de discutir questões pertinentes aos direitos dos agricultores, à relação entre comércio internacional e a OMC, à segurança alimentar, à gestão de recursos produtivos, à privatização da vida, aos organismos geneticamente modificados e à diversidade produtiva, cultural e alimentar. Ao final deste encontro, a Via Campesina assumiu o compromisso de agir contra a manipulação genética “que tivesse como finalidade a dominação e a opressão dos povos”. E para tal, desenvolveu um plano de ação que incluía: o estímulo e o fomento ao livre intercâmbio de sementes e ao resgate de experiências locais para a sua preservação, a realização de feiras camponesas para troca de sementes e produtos agroecológicos, o intercâmbio de conhecimento; a dinamização dos mercados locais e a concretização de diversas ações, que viessem a recuperar a memória histórica e a cultura ancestral do manejo de sementes; todas estas, questões contempladas na Campanha Sementes, criada posteriormente.

Embora as informações sobre a participação da Via Campesina nos Fóruns Sociais Mundiais seja incompleta, percebemos que a sua atuação veio crescendo em importância, como pode-se conferir, pelos registros do VI Fórum Social Mundial, realizado em Caracas.

Por serem de interesse geral, neste encontro deu-se grande importância à discussão de temas relacionados a negociações internacionais. Posicionando-se em relação a estas questões, a Via Campesina reafirmou a sua oposição às políticas do Banco Mundial, do BID e do FMI, e o seu compromisso com a campanha contra a privatização dos recursos genéticos e da biodiversidade. Ainda com relação aos transgênicos, fortaleceu a aliança firmada com Hugo Chávez, posicionando-se favoravelmente à ALBA: *Alternativa Bolivariana para as Américas* (Via Campesina, 2004).

Durante o fórum, a rede participou em diferentes conferências e encontros promovidos por outros atores, além de ter organizado encontros e fóruns de discussão próprios, destinados a debater questões de interesse específico dos camponeses. A rede esteve, aí, representada por organizações sociais do México, Estados Unidos, Canadá, Honduras, Nicarágua, Guatemala, Panamá, República

Dominicana, Haiti, Cuba, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina, Brasil, Chile e Paraguai (CLOC, 2006).

Em Setembro de 2003, a Via Campesina, em conjunto com a UNORCA, organizou, em Cancun, no México, o Fórum Internacional de Indígenas e Camponeses, inaugurado com uma cerimônia mística, cuja intenção seria recuperar a história, a cultura e a música dos povos e, acima de tudo, resgatar a importância do milho para a cultura mexicana (Via Campesina, 2005). De acordo com Desmarais (2003), a organização de místicas, nas atividades de mobilização da Via Campesina, teria sido uma influência de organizações do México. Esta prática seria parte da cultura camponesa mexicana e retrataria situações de opressão vividas e levantes de camponeses em resistência ao sistema. A análise da cobertura da Reuters, sobre o encontro da OMC em Hong-Kong, é reveladora da importância estratégica das místicas e outras ações, criativas e não violentas, organizadas pela Via Campesina, durante estes encontros, pois seriam fundamentais tanto para a conquista da opinião pública como para conseguir uma cobertura midiática ampla e favorável ao movimento.

Em 2004, a Via Campesina, através do IPC, participou da promoção do Fórum Mundial pela Reforma Agrária (FMRA), considerada à época, como a maior conferência sobre este tema, desde o Fórum sobre Reforma Agrária, organizado pela FAO em 1979 (FRMA, 2004). Este fórum contou com a participação de 450 organizações de 70 diferentes países, que, por unanimidade, adotaram as seguintes posições: o reconhecimento da necessidade de retirada das questões de agricultura do âmbito da OMC; a consideração de que o acesso à terra seria um Direito fundamental e, portanto, vinculado à Convenção dos Direitos Humanos, e o reconhecimento da importância da biodiversidade e suas questões correlatas.

O FMRA identificou, no neoliberalismo, a fonte principal dos problemas de acesso à terra, inclusive em países da Europa. De acordo com o fórum, o neoliberalismo estaria vinculado ao agronegócio e às transnacionais da agricultura e as instituições internacionais seriam os seus principais agentes de pressão sobre os estados fracos (FMRA, 2004).

A partir da análise de documentos publicados no sítio do evento, pode-se inferir que este fórum tenha contribuído para redefinir a noção de campo, através da estratégia de valorização da cultura camponesa e da importância do território para sua identidade. E de acordo com Sampaio (2004), este fórum teria tido grande importância, ao introduzir novas concepções sobre desenvolvimento agrícola, o papel do agricultor e a vida rural.

Dentre as principais bandeiras levantadas no Fórum Mundial sobre Reforma Agrária constaria o questionamento dos papéis da OMC e do Banco Mundial na promoção do modelo de desenvolvimento neoliberal e na facilitação do controle de recursos, como sementes, pelas grandes transnacionais da agricultura. Viemos a entender que, neste evento, o tema da reforma agrária teria ressurgido com uma nova roupagem, associado à diversidade cultural e à valorização do território (FMRA, 2004).

Quando trata-se das alianças da Via Campesina com outros atores, a Internet também mereceria destaque, além de ser uma importante ferramenta de apoio, nos processos de educação e informação da sociedade. Pode-se considerar que a Internet seja o meio de comunicação mais acessível para atores economicamente desprivilegiados, como a Via Campesina e outros movimentos sociais, com pouco ou nenhum acesso à grande mídia.

É de conhecimento público que, tecnicamente falando, a informação divulgada na Internet pode ser atualizada em tempo real, além de permitir o compartilhamento da informação com um número irrestrito de pessoas. É sabido que a disseminação do uso do software livre, somado ao custo e facilidades de hospedagem de um sítio na Internet, fez desta mídia a mais barata, acessível e eficiente opção de comunicação e divulgação da atualidade. Desta forma, pode-se considerar, com base no que dizem Edelman (2003) e Bennet (2005), que esta tecnologia teve um impacto significativo na facilitação da comunicação e articulação de movimentos sociais, dentre os quais incluímos a Via Campesina.

Um exemplo seria a Campanha do 17 de Abril, na qual a Internet teria sido uma importante ferramenta na facilitação das discussões, estratégias e ações da rede (Desmarais, 2003) e, ao consultarmos o sítio da Via Campesina (2005), conferimos que a rede usa a estratégia de lançamento de campanhas *on line*, tal como a empreendida em favor de donativos para as vítimas do Tsunami e a de

arrecadação de fundos, para o envio de representantes da rede ao encontro da OMC, realizado em 2006, em Hong-Kong (Via Campesina, 2006).

Os sítios na Internet prestam-se à publicação e divulgação de entrevistas e declarações de membros do movimento; à organização de fóruns eletrônicos sobre temas de interesse da campanha; à divulgação das ações e mobilizações promovidas pelo movimento e para a convocação da sociedade à participação nestes encontros. Dentre os inúmeros exemplos, pode-se mencionar a revista *Semences de La Biodiversité*, publicada em formato digital pela Grain; o sítio da *Biodiversidad en América Latina*, e o da coalizão de movimentos sociais *Our World is not for Sale*. Devem ser também consideradas as agências de notícia independentes, como a *Agência Carta Maior*, a *Inter Press Service* e a *Terra Viva*.

Por tudo que foi colocado, viemos a considerar que o fluxo de informação, a troca de conhecimentos, e o *commom frame of meaning* (Keck e Sikkink, 1998) seriam as estratégias fundamentais da Campanha Sementes. A partir destas, a rede de movimentos sociais teria construído e fortalecido a campanha internamente, além de ter estabelecido alianças e parcerias com outros atores, fatores igualmente importantes para o sucesso da campanha.

A partir da análise desta campanha, percebe-se a relação de influência mútua, entre a rede transnacional e os movimentos sociais, seus constituintes, acontecendo em nível global, regional, nacional e local, simultaneamente. E confirma-se o que destacam Keck e Sikkink (1998), e Eschlle e Stammers (2004), ou seja, que uma instância fortalece a outra e que os diferentes níveis complementam-se mutuamente.

Percebe-se, ainda, a importância dos fóruns sociais, como oportunidades para a troca de informação e conhecimento, e para a construção de posições comuns acerca de determinadas questões; o que fortaleceria não só a Via Campesina, mas todo o movimento social de resistência à globalização neoliberal.

Além dos fóruns sociais, os protestos e coalizões, nos quais, a Via Campesina participa, em conjunto com outros atores, também, seriam importantes oportunidades para a troca de informação, conhecimento e repertório de ação.

Conforme visto, estas estratégias seriam fundamentais para a divulgação da campanha junto à opinião pública e para aumentar a pressão sobre os governos e as organizações internacionais. E neste sentido, as estratégias criativas e não

violentas mostrar-se-iam fundamentais, principalmente, porque atraem a atenção da grande mídia, de forma positiva, colaborando para levar a mensagem a um maior número de pessoas.

5.3.

A atuação da Via Campesina junto à FAO e à OMC

Concentraremos a análise da atuação da Via Campesina junto às instituições internacionais, OMC e FAO, destacando as diferentes ações e estratégias adotadas pela rede, em função das diferenças entre estas organizações internacionais.

No início de sua atuação junto a organizações internacionais, a Via Campesina encarava a OMC como uma instituição na qual não poderia exercer nenhuma influência, de forma que suas estratégias e ações teriam se concentrado nas agências da ONU, principalmente na FAO, percebida como uma instituição mais aberta à participação da sociedade civil, e com mais legitimidade para lidar com as questões da agricultura mundial (Desmarais, 2003; Rodrigues, 2003).

Conforme já dito, a resistência da Via Campesina à OMC seria por conta de percebê-la como uma organização internacional não democrática, que opera exclusivamente a favor dos interesses dos países ricos e das transnacionais do agronegócio. E esta crença teria levado o movimento social a não acreditar na reforma desta instituição e ter como dois de seus principais objetivos: a retirada das negociações sobre agricultura e biodiversidade desta organização e a transferência destas para o sistema ONU.

Nas palavras de Stédille:

A OMC tornou-se um espaço privilegiado para as grandes transnacionais e governos dos países ricos. Os povos e os governos do Sul Global não têm nenhum poder de influência. Seria mais democrático conduzir as negociações acerca do comércio internacional dentro do Sistema das Nações Unidas, vinculando comércio a desenvolvimento (Stédille, 2003).

De 2001 para cá, a Via Campesina teria cada vez menos certeza da validade de continuar investindo junto a FAO, pois haveria cada vez mais dúvidas sobre o real poder de influência da ONU e de suas agências, em relação à OMC

(Desmarais, 2003). Segundo Wiebe (Nettie Wiebe *apud* Desmarais, 2003), apesar de não haver consenso, ficaria cada vez mais claro que: “quanto mais ela (FAO) é influenciada e dominada pela política externa americana e pela OMC, menos útil se torna” (p.147). Mas no entender do líder do movimento social, Paul Nicholson (2006), pelo fato do Sistema ONU ter um perfil mais aberto à participação da sociedade civil, teria mais legitimidade do que a OMC para tratar desta questão, o que justificaria o investimento da Via Campesina em pró do seu fortalecimento.

A FAO teria tido grande importância no processo de consolidação da Via Campesina, já que a primeira aparição do grupo, na arena internacional, teria sido na Assembléia Global sobre Segurança Alimentar, realizada em 1995 por esta organização, em Quebec (Desmarais, 2003). Neste evento, a Via Campesina teria sofrido discriminação por parte de outros movimentos sociais e ONGs presentes, descrentes de que lideranças camponesas pudessem ser tão capazes e articuladas quanto lideranças urbanas. Mas, de acordo com Desmarais, apesar do preconceito, com o apoio da National Farmers Union of Canada (NFU), a Via Campesina teria conseguido participar ativamente dos grupos de discussão e das plenárias.

Em 1996, apenas um ano após o encontro em Quebec, a Via Campesina teria desafiado a FAO a conceder-lhe status delegativo oficial no Encontro de Cúpula Mundial pela Alimentação (WFS), ao que a FAO aquiesceu. Conseqüentemente, o movimento teria concentrado esforços e recursos na participação neste evento, em detrimento de sua presença no primeiro encontro ministerial da OMC, realizado em Singapura entre os dias 9 e 13 de dezembro deste mesmo ano (Desmarais, 2003).

Conforme já visto, esta cúpula teve grande importância para a rede de movimentos sociais, pois foi nesta oportunidade que apresentou, publicamente, o conceito de Soberania Alimentar, em contraponto ao conceito de Segurança Alimentar, definido pela FAO e adotado por unanimidade nesta conferência.

O conceito de Segurança Alimentar consta do Plano de Ação da FAO para a erradicação da fome no mundo. E de acordo com Jacques Vercueil, (no período, diretor da *Agriculture and Economic Development Analysis Division*, ESA), definiria etapas a serem tomadas, desenvolvidas e aprovadas por representantes dos 186 países (FSIEWS, 2000).

Segurança Alimentar existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico e econômico a um alimento saudável e nutritivo, em quantidades suficientes para atender as prioridades alimentares e necessidades nutricionais necessárias a uma vida ativa e saudável (Plano de ação, parágrafo 1).

Enquanto que o conceito de Soberania Alimentar afirmaria que:

Soberania Alimentar é o Direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas em matéria de alimentação e agricultura; de protegerem e regulamentarem a produção e o comércio agrícolas domésticos, a fim de realizarem os seus objetivos de desenvolvimento sustentável; de determinarem em que medida querem ser autônomos (e) de limitarem o dumping de produtos sobre seus mercados (Confédération Paysanné, 2005).

Na atualidade, ambos os conceitos estão presentes na maioria das discussões sobre agricultura e erradicação da fome, o que comprovaria, em nosso entender, a importância do conceito de Soberania Alimentar para a legitimação da Via Campesina em relação a outros atores. Mas apesar da importância por ele conquistada, este conceito não teria sido incorporado, com facilidade, pelas ONGS, acostumadas a serem as porta-vozes do discurso sobre alimentação (Desmarais, 2003). Segundo esta autora, no fórum de 1996, a disputa conceitual em torno do significado de Soberania Alimentar evidenciou as diferenças entre as organizações com inclinação reformista e aquelas com inclinação transformadora; e a maior das disputas teria sido em torno das futuras ações em relação às instituições internacionais.

As ONGS e movimentos sociais de perfil reformista teriam defendido que a reforma da OMC seria possível e que trabalhar dentro da estrutura da instituição representaria uma importante forma de luta. Já as organizações transformadoras, como a Via Campesina, descrentes da possibilidade de reforma da OMC, teriam adotado postura mais radical, concebendo a Soberania Alimentar como um modelo de desenvolvimento alternativo à globalização neoliberal.

Conforme já mencionado neste capítulo, o conceito de Soberania Alimentar foi levado a debate público e sua versão final está hoje incorporada ao discurso de vários atores, não apenas ONGS ou movimentos sociais, mas também organizações internacionais e alguns de seus representantes oficiais. E dentre estes, um dos mais importantes seria o Relator Especial para o Direito à

Alimentação da ONU, Jean Ziegler. Ziegler (2003) apóia-se no conceito de soberania alimentar para defender as próprias posições, além de agir em defesa das crenças e interesses da Via Campesina em várias oportunidades.

A influência adquirida pelo conceito de soberania alimentar, no âmbito da FAO, pode ser demonstrado pelo fato de este ter sido o tema do fórum paralelo de ONGS da WFS *5 years later* (Cúpula Mundial pela Alimentação, 5 anos depois), idealizado pelo International Planning Committee for Food Sovereignty (IPC) em conjunto com esta organização.

O IPC é uma rede global de organizações da sociedade civil, formada em 2000, por entidades representativas de indígenas, camponeses, pescadores e sindicatos de trabalhadores agrícolas, ONGS e movimentos sociais preocupados com questões e políticas relacionadas à Soberania Alimentar (IPC, 2006). De acordo com o sítio da IPC (2006), desde a Cúpula Mundial pela Alimentação (WFS), de 1996, a rede marcaria uma presença efetiva e relevante na luta pela soberania alimentar junto às organizações internacionais. O que é confirmado pelo funcionário da ONGI, por nós entrevistado, que acrescenta, ainda, ser a Via Campesina especialmente influente nesta rede, considerada por ele, o principal canal de relação da Via Campesina com a FAO, na atualidade.

Após o WFS de 1996, o IPC participou ativamente de vários encontros paralelos de ONGS, promovidos pela FAO. Dentre estes, a WFS *5 years later*, em 2002, e a 30ª Sessão do Comitê sobre Segurança Alimentar Mundial, em 2004. Como resultado desta atuação, publicou relatórios e documentos, contendo análises e propostas associadas aos temas de alimentação e agricultura e sobre a relação entre a FAO e a sociedade civil (IPC, 2002; 2003; 2004).

Além da FAO, o relatório desenvolvido pelo IPC, em 2002, para a WFS *5 years later*, teria como alvos as seguintes organizações internacionais: o Fundo Internacional pelo Desenvolvimento Agrícola (IFAD); o Programa Mundial de Alimentos (PMA); o Banco Mundial e a OMC (IPC, 2006).

A análise do material publicado pelo IPC, além de revelar a influência mútua entre o global e o local, característica de uma rede de movimentos sociais, induz à consideração de que sua importância para os movimentos sociais e ONGS não estaria limitada à sua atuação junto às instituições internacionais. De acordo com o publicado no sítio da rede, o processo descentralizado de debates – que teve

a duração de vários meses e culminou no Fórum de 2002 – teria auxiliado ONGS e organizações da Sociedade Civil a empreenderem (muitos, pela primeira vez) negociações e debates sobre o tema da Soberania Alimentar, também, com seus respectivos governos, em diferentes níveis: nacional, sub-regional e regional (IPC, 2006).

Segundo dados da FAO (2005), no fórum paralelo de ONGS/SC da WFS *years later*, estiveram presentes 1600 pessoas, provenientes de 92 diferentes países, distribuídas entre 700 organizações, representativas de diversos estratos sociais, dentre os quais, agricultores, pescadores e povos da floresta, oriundos de países em desenvolvimento. Neste evento, teriam sido discutidos assuntos pertinentes à agricultura, biotecnologia, propriedade intelectual sobre formas de vida, poluição, segurança alimentar e sobre o declínio da agricultura familiar (FAO, 2005).

Um outro tema que ganhou relevância neste encontro teria sido a questão de gênero. De acordo com o publicado pela FAO, as mulheres seriam as responsáveis pela produção da maioria dos alimentos do mundo, mas, a elas, faltaria o acesso a recursos fundamentais para a produção alimentar, tais como terra, crédito, treinamento e poder de tomada de decisão (WFS 5 *years later*, 2005).

Segundo o IPC (2006) e registros da FAO (2002) sobre este fórum, os resultados das políticas para erradicação da fome no mundo desapontaram os membros de organizações da sociedade civil que, ao final do encontro, desenvolveram propostas e apresentaram demandas, dentre as quais, as principais seriam: uma moratória contra organismos geneticamente modificados e a organização de uma convenção internacional sobre soberania alimentar, na qual se enfatizasse o direito à alimentação, à proteção das sementes locais, e o acesso à terra, água, florestas e pesca.

Ao compararmos a atuação da Via Campesina em relação à FAO e à OMC, constata-se que a FAO teria sido privilegiada como arena de atuação até 2002, ano do WFS 5 *years later*. Mas, à medida que passou a ser percebida, pela rede, como uma instituição fraca e submetida às pressões da OMC e outras agências econômicas multilaterais, a Via Campesina teria redirecionado suas principais atenções da FAO para a OMC, transformando esta última organização em seu principal alvo no sistema internacional (Desmarais, 2003). Nettie Wiebe explica

que, até então, a crença da Via Campesina era a de que, ao trabalhar com instituições mais amigáveis, como a FAO, teria possibilidades maiores de influenciar as agências econômicas multilaterais: o FMI, o Banco Mundial e a OMC (Wiebe *apud* Desmarais, 2003, p.47).

O ano de 2004 teria sido marcante para a relação da Via Campesina com a FAO. De acordo com a Via Campesina (2004) e o IPC (2004), no Relatório Anual sobre o Estado da Alimentação e Agricultura no Mundo, de 2004 (o SOFA 2004), intitulado: “Agro-biotecnologia: atendendo às necessidades dos pobres?”, a FAO teria defendido os transgênicos como o principal mecanismo de desenvolvimento agrícola mundial, principalmente para o futuro. Esta posição teria sido condenada por vários movimentos sociais e ONGS, que ameaçaram cortar relações com a instituição, por considerarem que esta havia sido colocada a serviço das grandes multinacionais.

A Via Campesina, em conjunto com o IPC, a GRAIN e outras ONGS e movimentos sociais reagiram a este relatório, publicando uma carta aberta ao diretor da FAO, Mr. Jacques Diouf, sob o título: “FAO declara guerra aos agricultores e não à fome”. Nesta carta, expressaram o seu descontentamento com o fato de as organizações de agricultores de pequena escala e a sociedade civil não terem sido consultadas para a elaboração deste relatório. Segundo a carta, a FAO teria dado as costas àqueles que são afetados de forma mais direta pelas tecnologias que o informe promove, rompendo o compromisso de consulta e diálogo aberto, firmado entre a instituição e as organizações de agricultores de pequena escala e a sociedade civil (Via Campesina, 2004; IPC, 2004).

Esta carta, que teve sua cópia publicada em vários sítios na Internet e contou com a adesão de 850 movimentos e organizações da sociedade civil, mobilizou Mr Diouf que, em uma carta resposta, afirmou que as organizações da sociedade civil estavam interpretando, erroneamente, o relatório anual de 2004 (Diouf, 2004).

Embora em sua carta resposta, o diretor da FAO declare que sempre manteve a posição de que os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) não seriam necessários para se atingirem as metas firmadas no Encontro Mundial sobre a Alimentação, no texto do relatório, afirma que:

Expandir a área cultivada está se tornando cada vez mais impraticável[...]Esta situação irá requerer uma cultivação intensiva, maiores rendimentos e maior produtividade[...]Com isso em mente, teremos que usar ferramentas científicas da biologia molecular[...]Finalmente, em contraste com a Revolução Verde, que foi conduzida por órgãos de pesquisa públicos e internacionais, e proveu os sistemas de pesquisa nacionais com material genético, aperfeiçoado a custo zero. A pesquisa biotecnológica está sendo conduzida, essencialmente, pelas dez maiores corporações transnacionais, as quais estão gastando com essas pesquisas, em torno de US\$3 bilhões anuais.[...]Em comparação, o sistema CGIAR, o maior setor público internacional de tecnologia agricultora para os países em desenvolvimento, tem um orçamento anual de menos de US\$300 milhões. O setor privado protege os seus resultados com patentes, em busca de retorno pelo seu investimento, concentrando a pesquisa em produtos que não tem relevância para a alimentação nos países em desenvolvimento (SOFA, 2004, p. 9-10).

Na carta aberta, a Via Campesina e as outras organizações reagem, dizendo:

Acreditamos que a FAO rompeu com o compromisso de consulta junto à sociedade civil e às organizações camponesas, em assuntos de interesse comum. Não houve nenhuma consulta com as organizações dos pequenos agricultores, embora pareça ter havido uma extensa discussão com os representantes da indústria (IPC, 2004).

Pode-se considerar que as críticas contidas nesta carta questionariam o modelo de desenvolvimento proposto pela FAO e por outras instituições, como o Banco Mundial. Como já visto nesta dissertação, no capítulo 3 sobre globalização neoliberal, o modelo vigente seria pautado no aumento da produção, na dominância da tecnologia e na exportação. E o proposto pela Soberania Alimentar defenderia a distribuição justa de recursos produtivos, a valorização do conhecimento e da cultura, e a garantia de acesso ao mercado interno para os pequenos produtores rurais.

Pudemos depreender, a partir de nossa pesquisa, que apesar de a FAO ser uma instituição aberta à participação da sociedade civil, mostra-se cada vez menos influente na definição de políticas internacionais e mais alinhada à posição da OMC. E apesar de sua retórica, ao apoiar-se na crença de que o aumento da produção seria a solução para a fome no mundo, e de que para garantir este incremento, a agricultura transgênica e a exportação a baixo custo seriam as soluções, a FAO estaria defendendo as políticas de interesse do agronegócio e das grandes corporações da agricultura transgênica, o que ajudaria a explicar a

mudança de estratégia da Via Campesina em relação às instituições internacionais, transferindo o foco da FAO para a OMC.

A OMC é um fórum de negociação entre os estados, ao mesmo tempo em que define regras e leis internacionais que regulam o comércio. Na ótica de O'Brien (2000), embora a OMC tenha iniciado um processo para ampliar os canais de diálogo com a sociedade civil, a partir de 1996, ela ainda é uma das instituições econômicas multilaterais mais fechadas à ingerência externa. Segundo o autor, contribuem para isso, a natureza e o perfil da instituição, e o fato de lidar com o comércio internacional, um tema sensível aos estados.

Um terceiro aspecto, já evidenciado anteriormente por nós, refere-se à influência que certos atores da sociedade civil possam ter em relação a seus respectivos governos e a importância relativa destes governos dentro da OMC. Por essa razão, diz O'Brien (2000), muitos países em desenvolvimento opõem-se a uma interferência maior da sociedade civil nos negócios desta organização. E como visto, para esta instituição, ganhar o apoio de grupos de interesse, ONGS e movimentos sociais, com influência junto ao Congresso Americano, seria mais importante do que investir em atores menos influentes. Conforme já visto, as ONGS e movimentos sociais de perfil reformista e conformista – ou seja, aqueles que pretendem atingir resultados políticos dentro da estrutura do sistema existente – têm mais acesso às instituições econômicas multilaterais do que os movimentos sociais transformadores de caráter anti-sistêmico, como a Via Campesina (Scholte; O'Brien; Williams, 1998; Desmarais, 2003).

Relembrar estas questões parece-nos importante para que se tenha melhor compreensão do motivo pelo qual a Via Campesina não aceita participar das reuniões paralelas de ONGS/SC, organizadas pela OMC. Preferindo atuar junto a esta instituição, de forma contestatória, por meio de protestos e coalizões, e comparecendo aos encontros ministeriais da organização com o principal objetivo de atrapalhar o curso das negociações e contribuir para ter a “OMC fora da agricultura”.

Como colocado por Stédille (2003):

A OMC converteu-se em um espaço que serve somente aos interesses do capital internacional, que quer obter mais vantagens mediante acordos que garantam os seus investimentos e suas taxas de lucro. A OMC não tem autoridade moral e nem tende a criar regras comerciais

para os povos. Os seus acordos servem para minar as nossas soberanias alimentares (Stedille, 2003).

Conforme já abordado, o investimento da Via Campesina junto à OMC estaria vinculado à perda de poder da FAO em relação às agências econômicas multilaterais. De forma que, apesar de ter estado presente ao II Encontro Ministerial da OMC, realizado em Genebra, em 1998, a Via Campesina teria passado a maior parte do tempo em deliberações internas, objetivando definir um posicionamento consensual em relação a esta organização (Desmarais, 2003).

Ao invés de alinhar-se à campanha da coalizão Peoples's Global Action (PGA), pelo fim da OMC, a Via Campesina teria adotado uma posição única, demandando que as negociações da agricultura e alimentação fossem retiradas desta organização e que fosse feito um inventário sobre os danos causados pelos Acordos na Agricultura (AoA) e pelas TRIPS, à segurança alimentar, à soberania alimentar, ao meio ambiente e à vida de milhares de famílias camponesas (Desmarais, 2003).

De acordo com Borrás (2004), o posicionamento da Via Campesina, relativamente à OMC, teria sido resultado de um processo de intensa negociação entre as organizações da rede. De início, sob a influência da Karnakata Rajya Ryota Sangha (KRRS), da Índia, a Via Campesina teria tendido a adotar uma posição radical frente à instituição. Ou seja, lutar pela sua extinção. Mas esta posição não refletia o conjunto da rede, membros como a UNORCA, do México e a NFU, do Canadá, tinham posições mais moderadas e defendiam a necessidade de um mecanismo regulador internacional, que estabelecesse regras mínimas, necessárias para conter a tendência ao desequilíbrio nos acordos de comércio regional, como o NAFTA. Já outros, como a Confédération Paysanné, acreditavam que a Via Campesina deveria trabalhar em pró da reforma da OMC, para que suas regras viessem a estar de acordo com a Convenção dos Direitos Humanos.

Como resultado de suas negociações internas, a Via Campesina teria abandonado a campanha pelo fim da OMC e adotado o compromisso de lutar para que as negociações acerca de agricultura fossem retiradas desta organização e colocadas sob a competência da ONU, desde que reformada (Borrás, 2004). De forma que, ao invés de agir em pró da extinção da OMC, a Via Campesina teria

adotado o compromisso duplo de lutar pela redução do poder da referida instituição e agir em pró da reforma da ONU.

Segundo Desmarais (2003), na seqüência a Genebra, a rede participou de vários encontros preparatórios à mobilização em Seattle, nos quais trabalhou, ativamente, com coalizões populares, mais do que com ONGS. Tendo-se engajado na “*No new round: turn around campaign*”, mas basicamente através dos grupos sociais locais, e menos como ator transnacional.

Além de ser considerado como o evento marco do surgimento do “movimento de movimentos” (Gómez, 2004). Como abordado anteriormente neste capítulo, a coalizão social, em Seattle, teve grande importância para a Via Campesina, pois marcou o início da parceria da rede com ONGS, no sentido de desenvolver alternativas à globalização neoliberal (Desmarais, 2003; Rodrigues, 2003).

Segundo documento da OMC (1999), a Via Campesina consta da lista de ONGS/SC presentes à Terceira Reunião Ministerial da organização, realizada em Seattle. Porém, Desmarais coloca que, já, neste evento, a Via Campesina estaria convencida da impossibilidade de reforma desta organização, de maneira que teria adotado a estratégia: “Globalizar a luta, globalizar a esperança” e se comprometido com o objetivo primordial de lutar para retirar a agricultura da competência da OMC, em nome do respeito à soberania alimentar.

As estratégias criativas, adotadas pela rede, tiveram uma repercussão bastante positiva junto à opinião pública. Dentre as quais, podemos destacar as demonstrações pacíficas em frente aos escritórios da Cargill e a ação simbólica de José Bové, distribuindo queijo *Roquefort*, na porta de uma loja do McDonalds, enquanto realizava uma palestra contra os transgênicos e contra o embargo norte-americano a produtos franceses (Heller, 2002).

Pode-se inferir, a partir de diversas leituras, que a “Batalha de Seattle” teria sido bastante significativa para a falência da Rodada do Milênio. Pois os protestos, largamente cobertos pela grande mídia, teriam contribuído para a deslegitimação da OMC frente à opinião pública, constituindo-se em um importante apoio para os países que se sentiam prejudicados pelo curso das negociações (Gómez, 2004; Desmarais, 2003).

Três meses depois de Seattle, a Via Campesina uniu-se à mesma coalizão, envolvida na “*No new round, turn around campaign*”, para elaborar uma nova coalizão, a “*Our world is not for sale*”, apoiada em três estratégias principais: a organização de eventos, tendo em vista educar o público em geral e os representantes de governos; a organização de um fórum paralelo sobre a OMC e globalização, em Beirute; e a terceira, que apesar de ser a mais criativa, não pôde ser realizada por conta dos ataques do 11 de setembro de 2001. Este teria sido a organização de uma armada de duzentos a trezentos ativistas, acompanhada de uma flotilha de pescadores, que partiria de Al Aqaba, na Jordânia, em direção a Doha. A coalizão “*Our world is not for sale*” está centrada em 11 principais demandas que, em resumo, estariam direcionadas à redução do poder e do escopo da OMC, à proteção dos direitos sociais e do meio ambiente, e em pró de um comércio internacional mais justo (Desmarais, 2003).

O encontro da OMC, de 2001, realizou-se logo após os ataques terroristas de 11 de setembro, e por esta razão, o evento foi protegido por um forte aparato militar e as manifestações populares, reprimidas.

O encontro da OMC, de 2001, teria sido organizado em Qatar, na intenção de evitar uma nova “Batalha de Seattle”, neutralizando o movimento social global, através da política de isolamento. Por ter se realizado logo após os ataques terroristas de 11 de setembro, o evento ainda foi protegido por um forte aparato militar e as manifestações populares, reprimidas.

Em 2001, a oposição à OMC estaria mais focada do que nunca, e o posicionamento da Via Campesina, em favor da soberania alimentar e pela OMC fora da agricultura, ganha a adesão de diversos movimentos sociais e ONGS que, em novembro deste mesmo ano, lançam a campanha “Pela prioridade dos povos à soberania alimentar: OMC fora da agricultura” (Desmarais, 2003).

Esta campanha teria sido elaborada por um subgrupo da “*Our world is not for sale*”, o “*The agri trade group*”, especialmente preocupado com questões de agricultura e alimentação. Dentre os participantes desta rede, constam: a Focus on the Global South; a Foodfirst Institute for Food and Development Policy; a Friends of the Earth e a Grain.

Após Doha, esta coalizão encontrou-se, em Bruxelas, para analisar o contexto pós 11 de setembro e desenvolver estratégias para futuras resistências à

OMC. Neste encontro estiveram presentes inúmeras ONGS e também vários movimentos de base, como a Via Campesina, a *World Forum of Fisher People* (WFFP) e movimentos de trabalhadores.

Sobre a participação da Via Campesina no encontro ministerial da OMC realizado em Cancun, entre os dias 10 e 14 de setembro de 2003, obtivemos poucas referências e informações e não tivemos acesso a nenhuma análise acadêmica a respeito. Apesar desta dificuldade, consideramos importante abordá-lo, principalmente, por conta de um dos acontecimentos mais marcantes deste encontro ter sido o suicídio do camponês sul-coreano, Lee Kyoung Hae, que ateou fogo em si mesmo, em protesto contra as políticas da OMC. O sacrifício de Hae ganhou espaço significativo na mídia e teve grande impacto junto a movimentos sociais e ONGS. Várias das coberturas jornalísticas sobre o evento, ainda publicadas na Internet, destacam a morte do camponês coreano e a participação dos movimentos sociais camponeses, nos protestos e marchas contra a OMC, realçando o caráter pacífico destas ações (The Guardian, 2003; The Age, 2003; Indymedia Uruguay, 2003).

De acordo com uma matéria, ainda, publicada no sítio do The Guardian, representantes de mais de 200 grupos de agricultores, provenientes de 34 países, teriam apresentado 8 demandas aos delegados da OMC. Dentre estas, a proteção contra o agronegócio, o abandono dos geneticamente modificados nos países em desenvolvimento e a não privatização da água, floresta e terra. O periódico publicou destaca, ainda, a adesão de agricultores dos Estados Unidos e Europa, aos protestos dos agricultores mexicanos e coreanos e refere-se à Via Campesina, como um grupo representativo de agricultores do mundo todo.

Para a análise da atuação da Via Campesina, no último encontro da OMC em Hong-Kong, contamos apenas com matérias jornalísticas e declarações do movimento social. Mesmo assim, consideramos, igualmente, importante mencionar este evento, já que, de acordo com a cobertura da mídia os camponeses foram os atores da sociedade civil, mais atuantes, durante os protestos e mobilizações contra esta organização (Reuters, 2005).

A meta desta reunião seria a conclusão da Rodada de Doha, através de um pacto mais amplo, em direção à liberalização do comércio internacional, do que o

acordo firmado, o qual estipulou 2013 como data limite à extinção de qualquer forma de subsídio agrícola à exportação (OMC, 2005).

A partir de nossa pesquisa sobre este Encontro, fomos levados a inferir que um dos principais objetivos da Via Campesina teria sido colaborar para o fracasso das negociações ministeriais que, de acordo com a rede, só tenderiam a agravar a situação dos camponeses de todo o mundo (Via Campesina, 2005a). De acordo com a cobertura feita pela Reuters¹³, os camponeses e pequenos agricultores, principalmente da Ásia, teriam sido os principais atores sociais deste encontro. E a partir da análise de documentos da Via Campesina, pode-se conferir que a rede teria marcado presença com a organização e a participação solidária em atividades que incluíram passeatas, palestras, vigílias, místicas, mobilizações e outras atividades de protesto, criativas e não violentas. Estas estratégias foram eficientes em sensibilizar parte da população de Hong-Kong, que aderiu às mobilizações e protestos, distribuindo água e alimentos aos manifestantes e cantando as músicas dos protestos, durante as passeatas e mobilizações (Reuters, 2005; Via Campesina, 2005a).

Apesar do incidente ocorrido em um dos últimos dias do encontro, em que mais de 900 pessoas foram detidas pela polícia e vários ficaram feridos, o saldo da participação da rede, neste encontro, foi considerado positivo pela Via Campesina (2005a). O movimento social valorizou a conquista da solidariedade e do apoio de parte da sociedade de Hong-Kong, que, em resposta à repressão policial que manteve 14 pessoas presas, iniciou uma greve de fome, em pró da libertação destes prisioneiros (Reuters, 2005b; Via Campesina, 2005a).

Conforme já visto, as estratégias da Via Campesina junto à OMC teriam sido determinadas, em função do perfil não democrático da organização e do seu objetivo primordial, de liberalização total do comércio mundial. Mas, apesar de termos ciência das razões da rede, perguntamos aos nossos entrevistados, quais as suas opiniões a respeito das estratégias da Via Campesina em relação à OMC e sobre a validade da participação da sociedade civil nos encontros paralelos, por ela promovidos, mesmo sabendo de suas limitações.

Na opinião do funcionário da ONGI, por nós entrevistado, a validade da participação da sociedade civil nos encontros paralelos de ONGS/SC organizados

¹³ A relação destas matérias consta das referências bibliográficas.

pela OMC, residiria na possibilidade de acesso aos representantes de governo – os *tomadores* de decisão. O que permitiria, na melhor das hipóteses, influenciá-los, ou quando nada, acompanhar o curso das negociações mais de perto. O que não significaria que, em sua opinião, a melhor estratégia para a Via Campesina junto à OMC seria a participação. Este entrevistado defende que a rede é mais estratégica ao ficar “do lado de fora”, organizando palestras, protestos e místicas, que conquistam espaço na mídia e informam à opinião pública sobre os efeitos negativos da globalização neoliberal.

Já no entender de Laudemir Müller, também por nós entrevistado, a Via Campesina colaboraria de modo mais eficaz para o destino das negociações de agricultura se adotasse a estratégia de participação na OMC, em paralelo à organização de protestos e coalizões. Entretanto, conforme já visto, sob o ponto de vista da Via Campesina, a participação nos encontros promovidos para a OMC colaborariam para a legitimação desta organização, o que contrariaria os objetivos da rede (Via Campesina, 2003).

No início deste capítulo, afirmamos que, para a análise da Campanha Sementes, iríamos trabalhar com o conceito de Multilateralismo Complexo (O'Brien; Goetz *et. all.*, 2000), associado aos quatro estágios de influência, identificados por Keck e Sikkink (1998).

O conceito de multilateralismo complexo deu-nos a base para a avaliação da relação entre a Via Campesina e as organizações internacionais. Relembrando o já dito, de acordo com este conceito, a governança global estaria ficando cada vez mais complexa, à medida que as organizações internacionais estariam desenvolvendo mecanismos institucionais para a interação com a sociedade civil, ampliando os canais disponíveis à participação ativa de movimentos sociais, ONGs e outras associações civis, na governança global (O'Brien, *et all*, 2000). As análises de Scholte, Goetz, O'Brien e Williams (2000) forneceram os parâmetros para a avaliação da atuação e posicionamento da Via Campesina, em relação às organizações internacionais, FAO e OMC. E a partir destes autores, pudemos entender o contexto que motivou a Via Campesina a adotar como estratégia, em relação a OMC, os protestos e coalizões e não a participação, como a IFAP.

A partir de Borras (2004), viemos, a saber, que a Via Campesina tem noção da mudança na natureza da governança global da economia e defende a

necessidade de haver um mecanismo regulador supranacional, que estipule regras que limitem o poder de acordos de comércio regional, que possam vir a ser firmados entre estados, com uma enorme disparidade de poder.

As colocações deste autor, somadas às análises de Scholte, O'Brien e Williams (1998), sobre as relações entre a OMC e a sociedade civil, auxiliaram a compreensão de porque a Via Campesina ainda investe na reforma da FAO e todo o sistema ONU, apesar de duvidar de seu poder e efetividade em relação à OMC e às outras agências econômicas multilaterais. Entendemos que a ONU e todo o seu sistema seriam percebidos, pelo movimento, como espaços de oportunidade política, por serem mais abertos à participação efetiva da sociedade civil, o que justificaria este investimento.

Ao fim desta pesquisa, pensamos ter identificado, na Campanha Sementes, alguns dos estágios de influência identificados por Keck e Sikkink (1998) para a análise de campanhas sociais, o que pretendemos mostrar a seguir.

Identificamos, no primeiro dos referidos estágios: “a criação de questões e a criação de agenda”, alguns dos principais capitais desta campanha. Como visto, o conceito de soberania alimentar é hoje um recurso importante na luta pelos direitos dos camponeses e um dos principais sustentáculos da Campanha Sementes, estando presente em quase todas as discussões sobre agricultura e biodiversidade, além de ter sido incorporado ao discurso de diversos atores, inclusive a FAO.

As noções de biodiversidade sócio-cultural e de camponês *expert* também ampliaram as possibilidades de a Via Campesina estabelecer alianças com ambientalistas, cientistas e consumidores que, por sua vez, influenciam a posição de discurso de estados, organizações internacionais e alguns de seus representantes.

O segundo estágio está relacionado ao primeiro e seria a influência na posição de discurso de estados e organizações internacionais. Pelo que foi abordado, nesta dissertação, pensamos ter demonstrado que, apesar de a Via Campesina ser um ator fraco, no sistema político global, teria conseguido introduzir, nas discussões internacionais de agricultura, referenciais diferentes dos neoliberais. Influenciando, inclusive, o discurso de atores de dentro de organizações internacionais, como o já mencionado Ziegler, que chega a defender

suas próprias posições, em reuniões da FAO, apoiado no Conceito de Soberania Alimentar e nas posições da Via Campesina.

Dentre os estados, destacamos a parceria da Via Campesina com a Venezuela e a incorporação da Soberania Alimentar no discurso de chefes de estado, como Jacques Chirac (2005). Muito embora, esta incorporação tenha suscitado críticas por parte dos movimentos sociais que consideraram a interpretação dada ao termo, equivocada. Dentre as organizações internacionais, podemos mencionar a própria FAO, que organizou um fórum sobre o tema Soberania Alimentar em 2002. Além de ter levantado o questionamento da validade da agricultura transgênica como alternativa para atender as necessidades dos mais pobres, no seu relatório anual de 2004 que, mesmo não atendendo as expectativas da Via Campesina e outros, colaborou para colocar este tema na agenda internacional.

Indo além da Campanha Sementes, a criação de agenda foi apontada, por unanimidade, pelos nossos entrevistados, como sendo o principal impacto da Via Campesina na política econômica internacional relacionada à agricultura. De acordo com nosso entrevistado, funcionário da ONGI, a Via Campesina teria sido a responsável pela introdução, na agenda internacional, do tema da agricultura camponesa e familiar. Uma questão que estaria negligenciada pelas organizações internacionais focadas, até então, exclusivamente no aspecto macro-econômico da produção agrícola e insensíveis ao aspecto sócio-cultural envolvido nesta questão, com o que concordaram, os outros entrevistados.

O terceiro estágio de influência seria em procedimentos institucionais. Neste caso, se focarmos na Via Campesina e na OMC, conferimos que a rede exerce pouca ou nenhuma influência nesta organização, já que esta estaria mais suscetível à pressão de organizações da sociedade civil, representativas de setores economicamente mais poderosos, como os grandes produtores rurais. Com relação à FAO, sabe-se que a Via Campesina, através do IPC, teria sido bastante influente para a decisão de esta instituição organizar, em 2006, um fórum internacional sobre a reforma agrária, um tema negligenciado desde 1979.

O quarto estágio de influência seria a mudança política de atores alvo, como os estados, as organizações internacionais ou as empresas privadas, e poderia ser conferido a partir dos seguintes exemplos. Com relação a Estados, pode-se

mencionar a parceria estratégica estabelecida entre a Via Campesina e Hugo Chaves, mesmo, se considerarmos que tornar a Venezuela o primeiro país livre de transgênicos é ainda uma proposta. Outro exemplo a ser mencionado, seria o papel relevante da Via Campesina, em influenciar o governo brasileiro, em sua posição, em relação à terminologia a ser aplicada a carregamentos transfronteiriços de Organismos Vivos Geneticamente Modificados (OVM) (Müller, 2006).

Com relação às transnacionais dos transgênicos, sabe-se que há muitos interesses econômicos envolvidos e, pelo seu caráter privado, estas empresas estariam menos suscetíveis à pressão da sociedade civil. Neste ponto, a parceria entre a Via Campesina e grupos de consumidores mostrar-se-ia fundamental, e a luta pela rotulagem dos alimentos que contenham transgênicos, uma estratégia das mais importantes.